

A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



SUCCESSÃO PRESIDENCIAL
O Comitê Central do PCdoB reuniu-se nos dias 18 e 19 em São Paulo para debater a crise brasileira, a sucessão presidencial e o projeto eleitoral do partido.

PÁGINAS 4, 8 e 9

Trabalhadores reagem



ORMUZD ALVES/FOLHA IMAGEM

Greve dos metroviários em São Paulo pára o trânsito (acima), enquanto no ABC paulista manifestação dos trabalhadores interdita a rodovia Anchieta no protesto nacional contra o plano FHC no dia 23 de março

HELOISA BALLARIN/FOLHA IMAGEM



SALÁRIOS

AUMENTAR ARROCHA

PCdoB CONDENA AMEAÇAS À DEMOCRACIA

PÁGINA 5

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Resumo

16/3. quarta

Chegou ao Brasil onde permaneceu por três dias a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher. Veio a convite de banqueiros e empresários que lhe pagaram US\$ 100 mil para fazer propaganda do modelo de privatização inglês, exatamente no momento em que os setores mais reacionários pressionam para que na revisão constitucional sejam quebrados os monopólios das telecomunicações e do petróleo. A baronesa Thatcher cumpriu um calendário intensivo fazendo sua profissão de fé neoliberal. Encontrou-se com as mais altas figuras da República. Disse que em seu país as telecomunicações foram privatizadas em primeiro lugar e que não via motivo para que o Estado brasileiro mantivesse o monopólio do petróleo. O que ela não disse é que um levantamento de 1991 indicava que os preços da energia elétrica e do diesel eram muito mais altos na Inglaterra que no Brasil. Tal "visita" é uma ingenuidade nos assuntos internos de nosso país. Alguém já imaginou uma figura destacada da política brasileira na Inglaterra ou nos EUA dando conselho aos altos círculos para que não intervissem militarmente no Iraque, por exemplo?

17/3. quinta

Mais de 300.000 manifestantes (50.000 em Paris) saíram às ruas nas cidades francesas em protesto contra o projeto do governo de direita do primeiro-ministro Edouard Balladur que pretende combater o desemprego de 750.000 jovens pagando somente 80% do salário mínimo para quem tem até 26 anos. Os protestos foram dirigidos pelas centrais sindicais e organizações estudantis numa demonstração de unidade como não se via há quase 30 anos. O centro da capital francesa viveu um cenário parecido com o da "revolução" de maio de 68. Os jovens desempregados dos subúrbios investiram contra os símbolos mais evidentes do capitalismo apedrejando butiques luxuosas e shoppings. Centenas de pessoas foram feridas e houve 15 prisões. Os observadores ficaram impressionados com a unidade dos slogans utilizados pelos manifestantes, todos voltados contra Balladur, um dos quais era: "Filhos mal pagos, pais demitidos, Edouard, olha aí o teu projeto social". O movimento que começou apenas com reivindicações sociais, está se transformando em luta política, contra o governo e contra o sistema econômico vigente.

Marinha assume mortes no Araguaia

Divulgado pela imprensa no dia 22 de março que o ministro da Marinha, Ivan Serpa, entregou ao ministro da Justiça, Maurício Correia, relatório confidencial em que a Marinha assume oficialmente, pela primeira vez, a morte de cinco e a prisão de dez militantes políticos. Os cinco eram do PCdoB e foram mortos na Guerrilha do Araguaia, entre eles, Antonio Teodoro de Castro, Dinaelsa Soares Coqueiro, Vandick Coqueiro e José Huberto Bronca. Já o relatório do Exército assume apenas quatro mortes no Araguaia: Jaime Petit da Silva, Cleber Lemos da Silva, Lúcia Maria de Souza e Suely Yomiko Kanaiama.

Aos poucos vêm a público fatos até então sigilosos sobre a participação das Forças Armadas na repressão política durante o regime militar, especialmente durante a Guerrilha comandada pelo PCdoB no Sul do Pará.

18/3. sexta

Encerrado no Rio de Janeiro o seminário Rumos da Modernidade patrocinado pelo Instituto de Pesquisa e Análise Social (Ipas) e pelo Fórum da Ciência e Cultura da UERJ. Participaram destacadas personalidades do mundo cultural e político que, apesar de apresentarem diferentes visões sobre a modernidade, foram unânimes em condenar o neoliberalismo como uma falsa modernidade que não oferece nenhuma saída real para a crise brasileira. Da Inglaterra veio o professor Fred Halliday que falou sobre os nefastos efeitos do neoliberalismo na Inglaterra: decadência econômica e desemprego. Os outros temas abordados, Estado Nacional e Modernidade; Papel do Estado na Economia; Estado, Ética e Política; Relações Internacionais e Modernidade; Ciência e

Tecnologia e Modernidade foram apresentados por Haroldo Lima, Marcos Henrique de Castro, Carlos Lessa, Tito Riff, Roland Corbisier, Jandira Feghali, Luís Fernandes, Paulo Nogueira Batista Júnior, Bautista Vidal, Luís Pinguelli Rosa e Aziz Ab'Saber.

20/3. domingo

Realizadas eleições em El Salvador. Para presidente se defrontaram o direitista Armando Calderón Sol, da Arena, que ficou em primeiro lugar, seguido de Ruben Zamora, candidato de uma frente de esquerda na qual têm destaque os ex-guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A decisão final ficou para o segundo turno que deverá ser realizado em 24 de abril e seu resultado dependerá de quem conseguir o apoio do Partido Democrata Cristão.

Assalto na sede d' A Classe

A redação e a administração de "A Classe" comunicam aos leitores, amigos e militantes do PCdoB que a sede do jornal em São Paulo foi assaltada na madrugada do dia 19 de março. Foram roubados o aparelho de fax e os computadores, inclusive o que servia ao departamento de assinaturas do jornal.

Os prejuízos são grandes ainda mais que a situação financeira do jornal é habitualmente precária, especialmente por ser um órgão da imprensa alternativa e de cunho partidário.

A preocupação agora é repor imediatamente os equipamentos roubados, caso contrário vai haver dificuldades nas próximas edições. Já nesta edição foi difícil cumprir prazos em função das perdas. "A Classe" apela aos diretórios e sucursais que mantêm dívidas com o jornal para que providenciem o pagamento urgentemente, para que o caos não se instale na publicação do principal veículo da imprensa do PCdoB. Contamos com a colaboração de todos diante do desagradável ocorrido.

Em cima

Os leitores têm acompanhado o esforço do pessoal que trabalha com e no jornal "A Classe Operária" visando seu aprimoramento. Penso que, também por isso, temos o compromisso não só de observar esse trabalho, mas de contribuir com ele. Por isso, gostaria de sugerir que não se utilize mais a técnica de colocar o fundo grafite (retícula) com letra preta em cima quando se deseja destacar algum fato ou informação nas páginas internas. Esse procedimento, ao invés de concentrar a atenção do leitor, acaba prejudicando a veiculação da notícia (na maioria das vezes, importante) devido à dificuldade de leitura.

Ivan Boere Souza
Porto Alegre - RS

Pé no chão

Primeiramente digo que senti-me contemplada com o artigo de Ronald Freitas (edição 119) sobre democracia no PCdoB. Chamo a atenção para um fato importante. Diversas vezes, nas campanhas do partido, somos abordados por perguntas do tipo: o que é socialismo? O que é democracia? É uma série de terminologias comuns à militância. Ao responder, muitas vezes acabamos confundindo ainda mais as pessoas, exatamente porque no meio político usamos palavras não comuns ao dia-a-dia dos cidadãos. Penso que deveríamos utilizar uma linguagem mais coloquial. Sugiro que o partido publique "A Cartilha do Socialismo" em forma de glossário com as principais palavras utilizadas pela militância.

Em segundo, ao ler o jornal, às vezes tenho a impressão de que, no que diz respeito a movimentos, o Brasil se encontra em estado de inércia e que somente São Paulo faz atividades. Embora o estado paulista seja o centro político do país, penso que o jornal deve noticiar os movimentos que ocorrem por todo o país. Isso nós incentiva e nos mantém informados.

Sônia Corrêa
Porto Alegre - RS

Nota da redação: a cada edição do jornal a editoria solicita aos diretórios do partido e colaboradores que enviem notícias. Na maioria das vezes o pedido é ignorado e a redação não tem número suficiente de jornalistas para estar acompanhando os fatos em todos os estados. Dependemos da colaboração de cada leitor.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Cartas para esta seção devem ser enviadas para o endereço acima ou em letra de forma com no máximo 15 linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - CEP 01318-020 - São Paulo-SP. Ou pelo fax (011) 36.0412

Sempre melhor

A cada edição de "A Classe" percebe-se o empenho da redação em produzir um jornal melhor. Parabéns pelo esforço.

Marival de Oliveira
Registro - SP

Boa lembrança

Congratulo-me com Nilo Walter dos Santos pela feliz lembrança da data de 5 de março, quando o mundo perdeu o maior líder da revolução popular, Stálin. Ele soube com sabedoria levar adiante os ensinamentos de Lênin fazendo da atrasada Rússia a grande União Soviética, a pátria do socialismo, hoje esfacelada pelos traidores.

José Amâncio
Valença - RJ

Pena de morte

O deputado Amaral Neto (PPR-RJ) se aproveita da revisão constitucional para apresentar emenda propondo um plebiscito sobre a inclusão da pena de morte no Código Penal brasileiro. O deputado cai no equívoco de achar que a sociedade teria condição de interferir no direito primário de todo ser humano, o direito à vida. Além disso, essa "proposta indecente" nega a possibilidade de recuperação do criminoso e desconhece os verdadeiros motivos dos problemas sociais: as desigualdades de classe, que trazem desemprego, miséria, fome e, conseqüentemente, crime e violência. Proponho pena de morte, sim, mas para a revisão constitucional.

J.C. Mayrink da Costa
Leopoldina - RJ

Transplante

O estudante de psicologia e militante do PCdoB no Rio de Janeiro, Marcelo F.G. de Oliveira, precisa da solidariedade dos leitores. Ele sofre de leucemia mielóide e o transplante é a única esperança de cura. Infelizmente, não se pode contar com o sistema público de saúde para casos urgentes como este. Por isso, a família e os amigos pedem colaboração em dinheiro. Deposite qualquer quantia numa dessas contas: Banerj, agência 085, conta corrente 15.005-05 - Banco do Brasil, agência 001-9, conta 330.005-5. Ambas no Rio de Janeiro.

Distrital misto, imposição de fora

Dilermando Toni

Semana passada, os líderes dos partidos que defendem o prosseguimento da revisão constitucional decidiram retirar da pauta, temporariamente, a apreciação da proposta do relator Nelson Jobim para que seja adotado no Brasil o voto distrital misto, seguindo o modelo alemão. A alegação é de que o tema é por demais polêmico.

Os partidos conservadores e as elites por eles representadas reconhecem, dessa maneira, as dificuldades por que passa a revisão - elemento constitutivo da crise multilateral que se abate sobre o país - mas não mudaram de opinião. Esperam ainda reverter o quadro que lhes é desfavorável para voltar à carga contra a democracia tentando impor o distrital misto.

Na quarta-feira, 22, o presidente da poderosa Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira ameaçou que de agora em diante "vamos falar pessoalmente com os parlamentares sem intermediários. Olho no olho, corpo a corpo... todo deputado ou senador que não escutar as bases (!) não se elegerá". Moreira Ferreira reafirmou ainda que entre as prioridades dos empresários na revisão está "a

reforma do sistema político, com a adoção do voto distrital misto".

O deputado Haroldo Lima, do PCdoB/BA, líder do partido na Câmara, preparou com sua assessoria um documento desmascarando o distrital misto, argumentando sobre a experiência brasileira com esse sistema até 1930, alinhando opiniões de parlamentares (alguns mudaram) contrários ao distrital e ana-

O VOTO
DISTRITAL
VISA GARANTIR
UMA MAIORIA
ARTIFICIAL

lisando o parecer de Jobim.

Jobim, que está entre os que mudaram de posição, propõe agora o modelo alemão apesar de reconhecer que ele poderia "excluir da representação política imensas massas já excluídas dos direitos básicos de cidadania". Apesar disso vai em frente na pregação do voto majoritário que objetiva "constituir uma maioria, mesmo que isso implique em deliberada distorção de votos".

O documento da liderança do PCdoB pergunta então: "Se há reconhecimento do acerto do sistema proporcional do ponto de vista de ser o que mais verdadeiramente reflete a opinião de todos os segmentos representativos da sociedade, qual a razão da adoção do voto distrital, mesmo que de forma mista? Para acabar com os candidatos de opinião, que não mais terão chance de se eleger? Para criar no Parlamento dois tipos de deputados, os de primeira e os de segunda categoria?"

A resposta a estas indagações tem explicações ainda mais profundas. Uma edição da revista The Economist - porta-voz da oligarquia financeira internacional - do final do ano passado faz um longo balanço da aplicação do projeto neoliberal na América Latina e apresenta nosso país como uma "aberração" diante dos "avanços" que já se conseguiu na Argentina, no México e no Chile. Alinha entre as causas disto o fato do Brasil "haver fracassado em encontrar três condições necessárias para o sucesso da reforma: compromisso, competência e consenso".

E para chegar a esse "consenso" propõe sem maior cerimônia: "O Brasil precisa mudar seu sistema de votação na reforma constitucional, por um modelo como o da Alemanha. Isto precisa ser feito antes que os pequenos partidos aumentem sua representação no Congresso. O consenso para a reforma é impossível num país que tem 19 partidos no Congresso".

Por aí se vê o porquê do distrital misto e onde se inspira a elite brasileira.

Editorial

Democracia em perigo

O impasse entre Executivo e Judiciário tendo por base questões salariais atizou a crise política que sacode o país e ressuscitou o fantasma da ameaça de golpe militar.

Há muito que os democratas vêm colocando as barbas de molho diante da orquestração da grande mídia, encabeçada pela Globo, a mando de elites poderosas no sentido de desmoralizar as instituições, sobretudo o Congresso Nacional.

A campanha para forjar diante da opinião pública a idéia de que todos os parlamentares são gazeteiros e corruptos cheira a revanche. É na verdade a contra-ofensiva das elites sobre um Congresso que tem enfrentado diversos percalços para efetivar a revisão constitucional, tão fundamental à realização de seus interesses. Muitas pedras já rolaram no caminho revisionista, que chegou a um impasse. Os "contras" ganham mais adeptos, como o PTB e setores do PMDB, liderados por Orestes Quércia. Movimento este reforçado pelas mobilizações de rua como as do dia 23, que não só foram um protesto contra o Plano FHC2 como se posicionaram contra a revisão.

O tempo passa, levando ao desespero aqueles que vêm na revisão o instrumento decisivo para o ajuste neoliberal no Brasil. Expressão dessa inquietação foi a reunião do dia 22 em Brasília de 330 empresários que lançou um manifesto em defesa da revisão constitucional, dizen-

do ser uma última tentativa de recuperar o tempo perdido e conseguir até maio, a reforma tributária, a do sistema previdenciário e o fim dos monopólio e das reservas de mercado. Colocam nessas mudanças a condição para o êxito do Plano FHC2, menina dos olhos do FMI e do imperialismo americano. Aliás, também fator decisivo para que a candidatura de seu criador, Fernando Henrique Cardoso, alce vôo e afaste a ameaça da candidatura popular de Lula que se consolida dia a dia.

É nesse contexto que a recente crise entre o Executivo e o Judiciário explode. A pretendida desobediência do Legislativo e a determinação do Judiciário em não aceitar as imposições do Executivo quanto à data de conversão dos salários só fez aumentar o clima de intranquilidade geral. A imprensa especulou com a possível tutela dos militares junto a Itamar, com a divulgação de reuniões e pronunciamentos exaltados contra as instituições causando preocupação à nação.

Cabe aos progressistas e democratas ficarem alertas contra as investidas que por ventura possam advir em meio a essa grave crise. Garantir o funcionamento do Congresso e o cumprimento do calendário eleitoral significa, neste momento, defender a democracia e a sobrevivência soberana da nação, como destaca a nota da direção nacional do PCdoB que publicamos nesta edição à página 5.

Irrespirável o ar da subordinação

Edson Silva

do Comitê Central do PCdoB

A capitulação da burguesia brasileira aos ditames econômicos e ideológicos do capitalismo internacional é uma realidade incontestável.

Mesmo setores menos expressivos da burguesia, arrastados pela pressão dos monopólios, acovardam-se e afinam pelo mesmo diapasão, supondo, equivocadamente, que sua sobrevivência estará ameaçada se o Brasil deixar de enquadrar-se nos "ajustes" neoliberais da nova ordem internacional.

A mídia, da Globo em particular, se encarrega arrogantemente de contaminar toda a vida nacional - as forças políticas, as instituições e a opinião pública. Como as lavas incontidas de um vulcão em erupção, a capitulação vai escorrendo por vários ralos. Um deles é o do desbaratamento do aparato produtivo estatal, e dos serviços também, contra quem pesa uma articulada campanha de desmoralização. A estatal que ainda não foi privatizada, sempre em condições imorais, está sob fogo cerrado para viabilizar sua transferência a poderosos grupos econômicos. Os alvos preferidos nesse momento são a Petrobrás e a Telebrás.

Um véu de cinismo tenta esconder a gana de capitalistas. Para eles, só o capital privado, "por ser mais eficiente, moderno e racional", faz a sociedade progredir e criar riquezas. Miserável a sociedade que confiar seus destinos a abutres.

Outro ralo é o da quebra das fronteiras alfandegárias, de maneira que o Brasil seja invadido por crescentes levas de mercadorias importadas, subsidiadas em seus países de origem, retraindo a oferta de empregos por aqui.

O mercado foi erigido à condição suprema de regulador da hipotética economia de livre concorrência, num virtual ardid que propicia a consolidação e expansão dos monopólios. Eles, por vários mecanismos, da propaganda em especial, definem padrões de comportamento e o que o cidadão vai consumir, a um preço cada vez mais exorbitante.

No momento, essa perversa dinâmica contra o Brasil e seu povo, ambiciona, com o Plano FHC, dolarizar a economia brasileira, sob o pretexto de combate à inflação, arrastando para a UTI nossa já combatida soberania nacional. Ambiciona também, por meio do golpe da revisão constitucional, definir o arcabouço jurídico-constitucional de enquadramento da nação aos ajustes do FMI, ditos da modernidade, antidemocráticos e de pesados custos sociais.

Quem quer que conteste esse projeto de submissão é de pronto arrasado, até que ceda aos caprichos das elites capituladas. Encontram sempre um pretexto ou superdimensionam deficiências e distorções para fazer vergar quem resistir.

O fenômeno da capitulação não é novo para a burguesia brasileira. Mas nunca foi tão absoluto, restrito e generalizado como no presente. No passado recente, pelo menos houve tentativas, e não poucas, de potencializar interesses geopolíticos do Brasil com base no crescimento econômico alcançado. Em boa medida, essas pretensões abriram contradições com o imperialismo norte-americano, assumido como dono do quintal. A denúncia da desigual relação norte-sul, por exemplo, foi um dos momentos da voz geopolítica brasileira. Outro foi o não alinhamento automático com os EUA em diversas pendengas internacionais.

Que o povo brasileiro se encha de indignação para salvar sua pele e impor as transformações radicais de que necessitamos. O que está aí são o desemprego, a fome, a degradação ambiental e a corrupção. O Brasil está sendo levado pelos tiranos da iniciativa privada.

CAPITULAR
NÃO É
NOVIDADE PARA
A BURGUESIA
BRASILEIRA



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Nassau

CRÔNICA DE Brasília

Revisão com pizza

Luiz Aparecido

A mal sinada revisão constitucional, só anda quando seus donos verdadeiros, os megaempresários e banqueiros pressionam seus acólitos para dar quórum no Congresso. Foi assim no início de março quando surgiu a primeira das crises revisionais e agora, quando metade do PMDB, lideranças do próprio PSDB, o PTB e muito mais gente, aderiu à tese de adiamento da revisão ou a obstrução em plenário.

Desde a última terça-feira, se encontram em Brasília, mais de 40 presidentes de federais patronais da indústria, comércio e agricultura, capitaneados pela CNI e Fiesp e o empresário monopolista do aço, Jorge Gerdau, para um último esforço para tocar a revisão constitucional adiante, colocando na pauta imediatamente os temas econômicos. Era isso que eles sempre quiseram: votar logo os temas econômicos e sociais, transferindo monopólios públicos para a área privada e multinacionais e acabando com conquistas sociais da Constituição de 1988.

Quando no ano passado, disse aqui que essa revisão podia não sair da intenção dos tubarões e de gente como Nelson Jobim, Genebaldo Correia e Ibsen Pinheiro, muita gente riu. Mas ela vem aos trancos e barrancos desde aquela época. O contingente de partidos e parlamentares "contras" vem aumentando a cada dia, o processo de condução dos trabalhos questionado a cada sessão, as denúncias de manipulação de relatórios e suspeição do relator geral se acentuando, ou seja, impasse sobre impasse.

Agora, a coisa piorou, pois nem nas quintas-feiras há quórum para deliberações, os deputados e senadores, preocupados com a eleição de outubro preferem dar atenção às suas bases e as suspeições aumentaram. E a cada esforço concentrando dos megaempresários e do primeiro ministro Fernando Lero Cardoso para tocar a revisão à toque de caixa, mais o Parlamento reage e a coisa empaca.

Crise pré-fabricada. Essa crise institucional que se instaurou desde que o Supremo Tribunal Federal e a Câmara dos Deputados driblaram o plano economi-

co de Fernando Lero e evitaram maiores perdas salariais para seus membros, está parecendo mais coisa pré-fabricada que outra qualquer. É uma sucessão de fatos que nos levam a pensar que já há uma orquestração para colocar o Congresso de joelhos, enfraquecê-lo para melhor manobrá-lo.

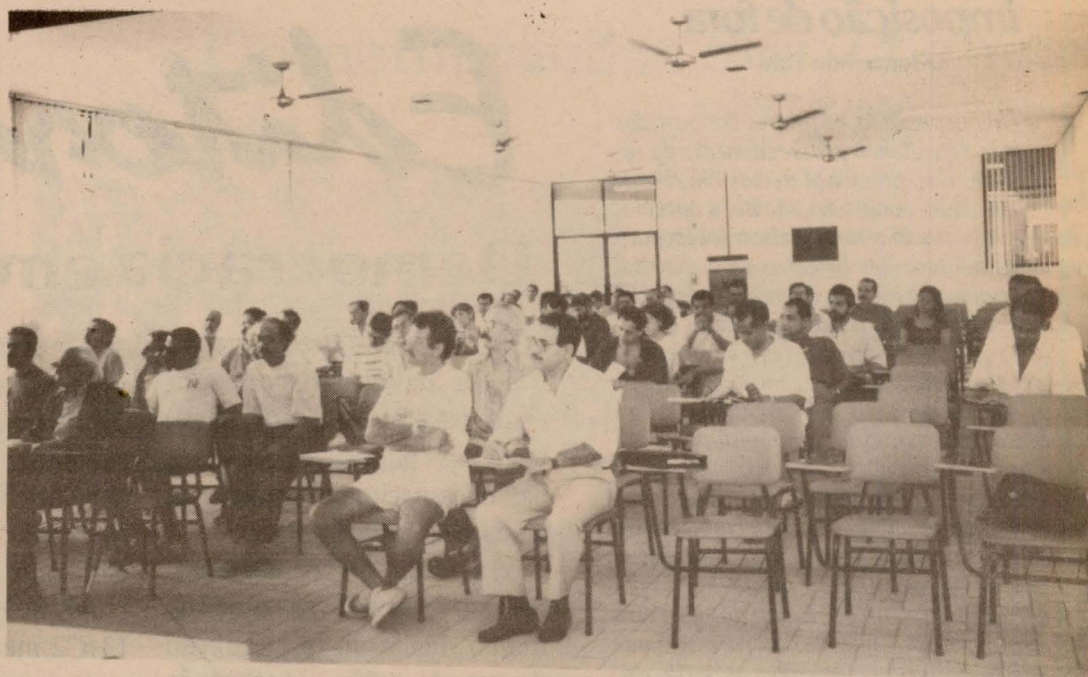
Deve fazer parte dessa mutreta, gente como Fernando Lero Cardoso, que quer ver seu plano descer goela abaixo da sociedade organizada; dos megaempresários, banqueiros e multinacionais e seus acólitos, que pretendem rasgar a Constituição e quem sabe, até mesmo os senhores da república do pão de queijo, que por incompetência, não conseguem gerir os negócios do Estado em pleno regime democrático. Nem Bordaberry, nem Fujimory. Democracia e Constituição.

Haverá uma solução negociada, até porque o presidente não tem autoridade mais para dar prensa em ninguém e seu próter, é candidato, tem um plano de arrocho salarial, de recessão e de entreguismo para conduzir. Essa pseudo-crise também ajuda a embananar a revisão constitucional e todos querem uma solução para salvá-la.

Mezzo a mezzo. Até a última quarta-feira, quatro deputados membros da Máfia do Orçamento já haviam renunciado a seus mandatos para escapar da previsível cassação no plenário da Câmara dos Deputados. Genebaldo Correia, João Alves, Manoel Moreira e Cid Carvalho, ao sentirem que a Comissão de Justiça iria confirmar o pedido de cassação de seus mandatos, prontamente renunciaram e escaparam da punição. Poderão até ser candidatos nas próximas eleições.

Tudo porque um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados e engavetado no Senado, previa que depois de processados, não se podia renunciar. E se renunciassessem, mesmo assim poderiam perder o mandato e ficar inelegíveis. É desta brecha que os malandros estão se utilizando agora.

Não tenham dúvidas de que, Ibsen Pinheiro, Ricardo Fiúza, Ézio Ferreira e outros mafiosos usarão a mesta estratégia. Se sentirem que serão mesmo cassados, vão renunciar dias antes. Como a Justiça não se mexe, é de se esperar que nada vai acontecer aos espertalhões da Máfia do Orçamento. Cadê o procurador-geral de cara amarrada?



Comitê Central do PCdoB discute seu projeto eleitoral

PCdoB prepara-se para as eleições

Ana Maria Rocha
do Comitê Central do PCdoB

Nos dias 18 e 19 de março realizou-se em Praia Grande (SP) a 7ª Reunião Plenária ampliada do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Participaram além dos membros efetivos e suplentes, dirigentes e candidatos de vários estados.

O objetivo da Reunião foi avaliar a situação política e discutir a participação do PCdoB na batalha sucessória, bem como o projeto eleitoral do Partido. Renato Rabelo fez uma intervenção de abertura sobre o quadro político, destacando algumas características a nível internacional que se refletem na realidade brasileira. Chamou atenção para o fato de vivermos hoje num mundo unipolar, com a predominância de uma superpotência, os EUA, para a reestruturação e ajuste que o capitalismo procura fazer, com a dominação mundial dos megaoligopólios e destacou que na atualidade a contradição mais importante é entre os países dependentes e semi-coloniais e os países ricos. Renato alertou para as consequências da política neoliberal, que vem trazendo em seu bojo a exclusão e marginalização de parcelas cada vez maiores da sociedade, como mostram os exemplos do México e da Argentina.

Grave realidade. O Brasil, que já vive uma realidade social grave com uma crescente parcela de desempregados e marginalizados, terá uma situação explosiva caso o projeto neoliberal venha a ser aplicado como pretendem as elites. O cerco e as pressões do imperialismo são crescentes para enquadrar o Brasil em seus planos. E a sucessão presidencial se desenvolve em meio a esse quadro de interesses que se liga estreitamente à revisão constitucional e ao Plano FHC2 (vide entrevista com Renato Rabelo às páginas 8 e 9).

Os dirigentes do PCdoB discutiram amplamente essa situação e reafirmaram a necessidade de fortalecer a frente das forças progressistas em torno da candidatura popular de Lula para poder enfrentar a investida da parcela majoritária das elites em torno do nome de Fernando Henrique Cardoso, como uma candidatura que representa os interesses neoliberais no Brasil.

Outro ponto de pauta da Reunião do Comitê Central do PCdoB foi o detalhamento do projeto eleitoral do Partido.

João Amazonas, presidente do PCdoB, afirmou que o Partido, consciente do seu papel na sociedade brasileira, como uma força integrada com o sentimento do povo e empunhando a bandeira da transformação, precisa sair reforçado das próximas eleições. O aumento do número de parlamentares será uma resposta às investidas antidemocráticas de restrição à representação dos pequenos partidos e a garantia da sobrevivência política desse núcleo fundamental de resistência do povo brasileiro que é o PCdoB. Nesse sentido é que o PCdoB apresenta um plano ousado de eleger de 16 a 17 deputados federais e de 22 a 25 estaduais. A Reunião do CC discutiu e aprovou esse plano, na certeza de que seu êxito está estreitamente vinculado ao empenho de fortalecimento político e crescimento partidário e sobretudo ao esforço de aglutinar forças e acertar alianças amplas capazes de garantir a eleição dos candidatos comunistas (vide artigo de Ronald Freitas à página 9).

Com base na avaliação do quadro político e das grandes batalhas que se avizinham, a direção nacional do PCdoB tomou a decisão de adiar a realização da Conferência Nacional sobre o Programa Socialista, conforme resolução que publicamos abaixo.

Resolução

1 - O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, tendo em vista que é imperioso concentrar a atividade do Partido desde já na campanha eleitoral, decide adiar para maio de 1995 a realização da Conferência Nacional para aprovação do Programa Socialista do PCdoB. Ao mesmo tempo, reitera a enorme importância política e teórica do esforço partidário para a concretização dessa resolução do 8º Congresso.

2 - Por isso mesmo, o CC considera indispensável o prosseguimento das discussões sobre o Projeto de Programa, já aprovado pelo Comitê Central, procedendo, entretanto, a ajustes no cronograma de publicação da Tribuna de Debates, que entre março e novembro de 1994 sairá a cada três meses e, entre novembro de 1994 e maio de 1995 com uma frequência de, no mínimo, uma edição por mês.

NOTA DA DIREÇÃO NACIONAL DO PCdoB

PCdoB condena ameaças à democracia

1 - O País vive momento de grave tensão, decorrente de séria crise política e institucional. Conflito de enormes proporções e desdobramentos ainda imprevisíveis eclodiu entre os três poderes constituídos. A precária ordem democrática sofreu ameaças abertas de ruptura. Intensificaram-se rumores de golpe, chegou-se a discutir em reunião no Planalto, na presença de ministros militares e do presidente da República, a proposição antidemocrática de dissolver o Congresso e intervir no Judiciário. Desde o fim da ditadura militar, em 1985, jamais periclitou tanto a normalidade institucional no País. Mais grave ainda, é que tudo ocorre num quadro de desmoralização do Congresso, de maioria conservadora, e do Judiciário, desvinculado da soberania popular. Nesse ambiente, as forças interessadas em investir contra a democracia preparam a opinião pública para que aceite o golpe e o regime de exceção como solução "normal" aos graves problemas do País. Malgrado as deformações e insuficiências dos poderes Judiciário e Legislativo, o presente ata-

que de que são alvo visa facilitar a aplicação do Plano FHC2, lesivo aos interesses nacionais e populares. Sem o funcionamento normal do Congresso e do Judiciário, o regime se transformaria numa ditadura.

2 - O Partido Comunista do Brasil considera que desde há muito o País está vivendo grave crise, cujas causas mais profundas radicam em problemas estruturais que não têm encontrado encaminhamento correto pelas classes dominantes nem pelo governo. O regime das classes dirigentes associadas ao capital estrangeiro encontra-se obsoleto e se tornou inservível para abrir caminho à construção de uma nação próspera, democrática e independente.

3 - O choque ocorrido agora entre os três poderes não decorre, como se procura fazer crer, de fútil querela aritmética sobre o cálculo de índices de aumentos salariais das corporações judiciária e legislativa. Trata-se, na verdade, do primeiro sinal de que a tentativa de aplicar rigidamente o chamado plano de estabilização econômica

do ministro Fernando Henrique Cardoso gera insatisfações de toda ordem. A insistência em levar a efeito um plano em franca contradição com os interesses nacionais e populares fará surgir inevitavelmente outras e maiores manifestações de descontentamento entre os trabalhadores, os funcionários públicos, os militares, cujos salários, vencimentos e soldos estão muito aquém das mínimas necessidades de sobrevivência. A nação não aceita novos sacrifícios em benefício da oligarquia financeira nativa e internacional. O povo trabalhador rechaça a tentativa de combater a inflação às suas custas e em detrimento da soberania nacional. Por isso, repudia o chamado Plano FHC2.

4 - Além das ameaças de golpe, continua em curso brutal ofensiva das classes dominantes e dos banqueiros internacionais para realizar a todo custo a revisão constitucional. Mas a reforma da Constituição somente introduzirá novos elementos de conflitos políticos, porquanto as mudanças propostas na Carta Magna afrontam o sistema

democrático e a soberania do País. Qualquer atitude das elites dirigentes que contrarie os anseios de liberdade do povo brasileiro e ameace a independência da nação está fadada ao fracasso e redundará em maiores crises. Além do mais, uma revisão constitucional ilegítima feita açodadamente no final de um governo inepto e do mandato de um Congresso desacreditado, no momento em que o País já vive o clima da competição sucessória, será encarada pelo povo como grosseira fraude.

5 - O Partido Comunista do Brasil, defensor intransigente da democracia e das mais amplas liberdades para o povo, condena energicamente qualquer tentativa, parta de onde partir, de golpear pela força a ordem democrática em vigor. Embora precário, mutilado e restritivo, o sistema democrático é ainda o meio que permite mobilizar o povo, elevar seu nível de consciência, a fim de encontrar saídas viáveis para os graves problemas nacionais. O PCdoB considera que a democracia precisa ser respeitada, ampliada e aperfeiçoada.

6 - A grave crise por que passa o País não comporta nenhuma solução que não seja a realização de eleições livres, no prazo já fixado, para presidente da República, governadores e renovação do Congresso Nacional, com a prévia garantia da posse dos eleitos, sejam quem forem. É a oportunidade que tem o povo brasileiro de descortinar novo rumo para o País. No período imediato, pré-eleitoral, é indispensável que as forças democráticas, populares e nacionalistas mantenham-se vigilantes na defesa da democracia e da soberania nacional e encontrem, juntas, soluções viáveis para os problemas prementes do País, inclusive o encaminhamento da batalha eleitoral no quadro da normalidade democrática. Para isso, é necessário suspender a revisão constitucional e lutar por um plano de emergência, distinto do chamado Plano FHC2, conforme os interesses nacionais e as necessidades do povo brasileiro.

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil
São Paulo, 25 de março de 1994

Líder do PCdoB discursa contra crise

O líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima, discursou no plenário dia 23 de março sobre a crise política no Brasil. Veja trechos da fala do deputado:

Efetivamente estamos envolvidos numa crise política de certa proporção. Não deixa de ser hilariante que, de repente, no país que se acha envolvido em tantas dificuldades, com suas relações internacionais confusas, tendo perdas financeiras enormes com os credores estrangeiros, com uma crise social extraordinária avassalando o povo faminto e miserável, às vésperas de uma eleição para presidente da República em que setores oposicionistas e de esquerda apresentam um candidato, o de maior apoio popular até o momento, ao passo que a elite não tem candidato apresentado formalmente, surja grave crise em razão do aumento de 10% nos salários de deputados e juizes.

Tudo indica que "o buraco é mais embaixo", como se diz na gíria popular. Não podemos admitir que as instituições brasileiras passem a estar em causa porque houve um aumento salarial indevido. É reprovável também que alguns setores se movimentem com certa rapidez nessas horas e comecem a acenar com a hipótese de fechamento do Congresso e do Judiciário, como se fosse solução para a crise que o país está vivendo.

Ficamos surpresos com a atitude rápida e desenvolta do presidente da República que, nessas horas, deveria se comportar como a pessoa empenhada na tentativa de resolver o problema e não de agravá-lo. Ao invés de ser a primeira instância da crise, deveria colocar-se como a última. Quando a crise estivesse envolvendo os diversos poderes da Federação haveria o recurso de apelar para a Presidência da República. Aconteceu o contrário. Foi o presidente e seu ministro da Fazenda que provocaram a crise.

Ficamos também espantados de ver com que inesperada coragem o ministro Fernando Henrique, de repente, diz que não acata as decisões do Supremo Tribunal Federal ou do Congresso Nacional sobre o assunto e que a única lei da República é a lei que ele fez.

E o presidente Itamar Franco? Disse que o STF está fora da lei. Será que está mesmo? E se estivesse, seria o caso de o presidente ser o primeiro a dizer isso na televisão? Sua atitude não deveria ser a de colaborar para resolver o impasse?

Achamos tudo isso suspeito. Achamos que o responsável principal pela crise é o Executivo, é o presidente da República e seu ministro da Fazenda, que quer impor mais um arrocho salarial ao povo e dolarizar a economia brasileira para avassalar a nação através do chamado Plano FHC.

Precisamos de emprego, de produção, de dinamismo na economia e, no curso de um processo desse tipo, conter a inflação. Conter a inflação é meio, não é fim. Ninguém vai fazer um plano cujo objetivo máximo é conter a inflação, estabilizar a economia, parar tudo para gerar dividendos para pagar os juros e o principal das dívidas externa e interna.

Dizer que não vai pagar 10% não sei para quem? Já estamos cansados de ser envolvidos numa política diversionista. Aqui, no Congresso Nacional, fizemos toda uma movimentação para apontar os anões do orçamento. Ao final, estamos prestes a cassar esses anões - o que é certo - enquanto os gigantes estão encobertos.

Ademais, pensamos na séria

ameaça que existe quando 330 empresários se reúnem em Brasília, mandam chamar Fernando Henrique, que vai lá como capacho, humilhando o Estado brasileiro, para dizer: "vamos lançar uma operação salvamento da revisão constitucional". Não há salvamento para eles. Com revisão não há salvamento para o povo brasileiro.

Gostariamos de ter ouvido o presidente da República dizer: "diante do que a CNBB, a OAB, a ABI, a CUT, as CGTs, a UNE, a Ubes, a Conam (e todas as entidades democráticas que derrubaram o governo Collor e puseram Itamar Franco no Planalto) estão dizendo - e todas são contra a revisão - escutarei o povo, ficarei contra também".

Não, a coragem dele é usada contra o STF, que está desarmado e que, diga-se, agiu de forma politicamente inábil, mas juridicamente correta. E não podemos estar cobrando do STF habilidade política. Quem deve ter habilidade política é o presidente da República, o ministro da Fazenda, que não estão demonstrando tê-la.

Precisamos reagir energeticamente contra essa crise artificial e advertir aos que tentam envolver setores militares, alguns dos quais se apressam a dizer: "fechem isso", "fechem aquilo". Fechar

para quê? Para restaurar um regime militar que foi absolutamente torpe, que não resolveu problema algum, que abriu as portas do país ao capital estrangeiro?

A saída não é nenhum golpe. Muito menos militar. A saída é enfrentarmos a necessidade de votar um plano de desenvolvimento para o Brasil. Em primeiro lugar, devemos estabelecer um modus vivendi que signifique respeito às instituições e aos poderes entre si. Respeito à democracia.

O Congresso Nacional deve insistir na solução da crise com uma proposição ou uma atitude politicamente correta, justa e oportuna. E vamos começar a dar um chega para lá no ministro Fernando Henrique, que se reuniu com diversos parlamentares e teve o desplante de dizer que não quer que o Congresso vote a medida provisória 434 porque vai reeditá-la. Não quer? Pois fique sem querer. O Congresso, independente das motivações e dos grupos econômicos representados por vossa excelência, ministro, está representando, votará a medida provisória.

E penso que, ao votá-la, devemos derrubá-la e aprovar, agora alguns deputados, o projeto de convenção feito pelo Senado e pela Câmara, após consultar o povo, debater, levar em conta as opiniões das centrais sindicais.

BANCADA Comunista

Direitos humanos violados no Pará

Na reunião do dia 23 de março do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, a deputada federal Socorro Gomes (PCdoB) denunciou a violação de direitos de crianças e adolescentes no Pará: houve castração de 19 crianças em Altamira, exploração sexual de meninas nos garimpos de Itaituba, prostituição de crianças na Ceasa e morte de

menores na Funcap. No campo, as denúncias atingem juízes que abusam da autoridade e participação da polícia em atos violentos contra trabalhadores. E ainda a existência de trabalho escravo em fazendas do sul do estado.



Socorro

Eles não param

A Câmara Municipal de São Paulo derrubou veto do prefeito Paulo Maluf ao projeto de lei do vereador Vital Nolasco (PCdoB) que institui atendimento odontológico gratuito à população em clínicas móveis: uma para cada 200 mil habitantes da cidade, com assistência preventiva e terapêutica para pré-escolares, escolares e adultos com renda de até 5 salários mínimos. A prioridade é para desempregados e aposentados. O Executivo pode fazer convênios com faculdades e com a iniciativa privada para implantar a lei.

A Câmara paulistana aprovou também projeto de Vital obrigando instalação de catracas eletrônicas nos estádios de futebol da capital para manter controle sobre o público presente e evitar evasão de rendas. E aprovou ainda projeto da vereadora Ana Martins (PCdoB) que cria o Conselho de Intervenção e Recuperação dos Cortiços, composto por oito representantes da Prefeitura e sete líderes dos moradores dos cortiços. E obriga o Executivo a prestar assistência técnica e jurídica para essa população de 3 mil pessoas, além de criar linhas de financiamento para obras de recuperação dessa moradias.

Corrupção à vista

A Câmara Municipal de São José dos Campos (SP) aprovou moção do vereador João Bosco (PCdoB) repudiando a proposta do relator da revisão constitucional, Nelson Jobim, de diminuir o número e acabar com a remuneração de vereadores nos municípios com menos de dez mil habitantes. Bosco argumenta que a proposição de Jobim acaba gerando eleição apenas de pessoas ricas que podem trabalhar sem nada receber. Além disso, os vereadores sem remuneração ficariam suscetíveis à influência e assédio do poder econômico.

Falta de troco

A deputada Jussara Cony (PCdoB) apresentou à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul projeto de lei que estabelece isenção de pagamento da tarifa na falta de troco nos ônibus intermunicipais de passageiros. Ela diz que a proposta tenta coibir abusos na falta de troco, o que causa prejuízos à população. Jussara acredita que a falta de troco é sempre uma maneira de os empresários conseguirem lucro maior.

Parlatino

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) é integrante titular da Comissão de Economia, Finanças e Dívida Externa do Parlamento Latino-americano, que foi instalada no dia 16 de março na sede permanente do Parlatino em São Paulo.

Monopólios

No dia 14 de março, o 1º Encontro de Vereadores e Presidentes de Câmaras Municipais da Área Mineira da Sudene aprovou moção do vereador Lipo Xavier (PCdoB), de Montes Claros, contrária à quebra do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e da energia. A moção foi enviada ao relator da revisão constitucional, aos deputados federais de Minas Gerais e aos líderes partidários no Congresso Nacional.

Saga da LDB

O deputado federal Renildo Calheiros (PCdoB) esteve em Salgueiro, interior de Pernambuco, fazendo palestra sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, em tramitação no Senado Federal, e autografou o livro "Saga da LDB", que apresenta o texto da lei aprovada na Câmara dos Deputados no ano passado. Compareceram a prefeita de Salgueiros, Cleuza Pereira (PSB), secretários municipais, vereadores, professores, estudantes, líderes sindicais e de partidos da cidade.

Povo na rua

▼ Fernando Henrique Cardoso e seu plano eleitoreiro estão longe de ser a unanimidade que a Globo vinha procurando mostrar. No dia 23 de março, milhares de trabalhadores realizaram manifestações de protestos contra o Plano FHC 2 e a revisão constitucional

Guimar Prates

O dia 23 de março foi um marco na mobilização dos trabalhadores. Em todas as capitais e principais cidades do interior do Brasil greves parciais, passeatas e atos demonstraram a insatisfação com o rumo que o governo federal vem dando à economia brasileira: combate à inflação a custo do salário dos trabalhadores e preparação do terreno para a completa integração do Brasil na velha nova ordem mundial.

Inicialmente foi marcada uma greve geral para o dia 23. Mas no processo de preparação não foi possível construir as condições necessárias para a deflagração da paralisação geral. Sérgio Barroso, da executiva nacional da

CUT e da Corrente Sindical Classista, avalia como correta a decisão de transformar a greve em dia nacional de protesto. "A mobilização nos diversos estados era muito desigual e, além disso, dentro do Comando Nacional de Mobilização, setores minoritários da Articulação Sindical desde o início tinham posição contrária à greve, preferindo apostar no resultado das negociações que se realizavam no Congresso Nacional para modificar a medida provisória que cria a URV e determina a conversão dos salários pela média dos últimos quatro meses. Isto dificultou a mobilização", diz Barroso.

A avaliação dos dirigentes da CUT é que a mobilização superou as expectativas mas, segundo Barroso, ainda é insuficiente para barrar a aplicação do projeto neoliberal no Brasil. "Este foi apenas o primeiro protesto articulado nacionalmente contra o plano. Precisamos ir adiante e construir uma resposta mais contundente contra o projeto neoliberal, barrando a sua implantação tanto do ponto de vista institucional quanto econômico", afirma. No dia 25 de março a CUT realizaria uma reunião para avaliar o protesto.



SEBASTIÃO PEDRA



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Ato promovido pelas centrais sindicais em frente ao Congresso Nacional

Operários na mansão de empresários

Dia 2 de março, trabalhadores da indústria de papel Minerva, no bairro Dois Unidos em Recife (PE), ocuparam a empresa e mantiveram os três principais acionistas detidos na fábrica por mais de sete horas. Os operários tomaram essa atitude porque estão sem receber seus salários desde dezembro. Depois de intensas negociações, os empresários concordaram em pagar o mês de dezembro. No dia seguinte, no horário combinado, o dinheiro não havia sido depositado no banco. Revoltados os trabalhadores invadiram a mansão do empresário Rildo Vasconcellos, no bairro nobre de Boa Viagem. Os operários da Minerva continuam sem receber, por isso, a fábrica continua parada e sob controle dos trabalhadores.

A crise do setor canavieiro

Cerca de 50 sindicalistas, representando 38 sindicatos de trabalhadores rurais, reuniram-se em 7, 8 e 9 de fevereiro em Carpina (PE), para discutir o cumprimento da convenção coletiva de trabalho e a crise que atinge o setor canavieiro, sobretudo no período de entressafra. Um dos fatores apontados como responsável pela situação diz respeito a desmobilização da categoria. O novo elemento acrescentado ao debate foi a luta pela terra. O fechamento de várias usinas com demissão de milhares de trabalhadores faz a crise crescer. Para aprofundar a discussão foi programado um encontro estadual, nos dias 22 e 23 de março em Ribeirão, que culminará num encontro regional coordenado pela Contag, dias 11 e 12 de abril.

A mulher mais velha do mundo

Maria do Carmo Jerônimo, ex-escrava, está no "Guinness" como a mulher mais velha do mundo. Moradora da cidade de Itajubá (MG) há mais de 50 anos, ela completou 123 anos no mês de março. Mesmo assim, a Câmara de Vereadores negou o título de cidadã itajubense a ela, requerido o ano passado pelo vereador Cláudio Benedito de Oliveira. O projeto de resolução foi recusado em votação secreta dia 28 de fevereiro. Para protestar contra essa atitude, foi criado o movimento "Nós Queremos Maria do Carmo Jerônimo Cidadã Itajubense", com a participação das entidades: OAB, Associação de Médicos, de Mulheres, PT, PDT, PCdoB, PSDB, PPS, Movimento Negro etc. Milton Nascimento fez show na cidade no dia 6 de março em solidariedade a Maria do Carmo.

▼ A crise no setor naval brasileiro pode resultar na demissão de oito mil metalúrgicos que trabalham nos estaleiros e mais de 20 mil pessoas que dependem indiretamente do setor, além de comprometer a entrega de 21 navios cuja construção está paralisada

Andrea Penna
do Rio de Janeiro

O setor naval brasileiro pode sofrer a maior crise de sua história caso o governo federal não apresente uma solução até o final do mês de março. A trapalhada começou quando o governo enviou a proposta de Orçamento ao Congresso Nacional subtraindo US\$ 294 milhões do Fundo da Marinha Mercante, desviados para o Fundo Social de Emergência. Após a gritaria de trabalhadores e empresários o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assumiu que tinha sido um erro, mas não se comprometeu a repará-lo na terceira proposta de Orçamento que ainda não foi enviada ao Congresso Nacional.

Para pressionar o governo federal, os deputados Jandira Feghali (PCdoB), Carlos Santana e Benedita da Silva (ambos do PT) e Luis Salomão (PDT), todos do Rio de Janeiro, juntaram-se a várias entidades no Rio, onde estão concentrados 95% dos estaleiros bra-



Cerca de 50 embarcações participaram da naviata no Rio de Janeiro

sileiros, e promoveram no último dia 13 de março a "naviata", que reuniu num domingo, milhares de trabalhadores dos diversos estaleiros, dirigentes da Corrente Sindical Classista, lideranças do PCdoB, além de vários partidos e representantes do governo do Estado.

A "naviata", na verdade uma passeata de centenas de embarcações pela Baía da Guanabara, se confraternizou com trabalhadores.

"A crise no setor naval não começou agora", disse a deputada Jandira Feghali. Para ela, "há anos existe uma política deliberada para destruir o setor naval brasileiro, que alcançou, no início da década de 80, o segundo lugar no mundo em construção, e hoje está abai-

xo do 15º lugar

Jandira lembrou que o Brasil tem oito mil quilômetros de costa e 97% do seu comércio com outros países se dá pelo mar. Com a política de naufragar o setor naval, o Brasil perde, anualmente, cerca de US\$ 5 bilhões, pagando o frete internacional a navios estrangeiros, quando poderia utilizar esses recursos para modernizar e desenvolver o setor, criando mais empregos, evitando a evasão de divisas.

Para Luis Chaves, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, "o setor naval tem capacidade para gerar 60 mil empregos nos estaleiros e empresas de navegação e as empresas fornecedoras de peças para navios po-

dem alcançar até 150 mil empregos. O que existe, portanto, é que não aceitamos de jeito nenhum a política neoliberal, que tenta acabar com o setor naval, arrochar os trabalhadores, entregar o patrimônio nacional para os gringos. Estamos defendendo o setor naval, não só pelo emprego dos trabalhadores metalúrgicos, mas também porque é um setor estratégico para a economia do país. A política nefasta de FHC já fechou o EBIN em Niterói e os estaleiros Caneco e Mauá podem ser os próximos a fechar as suas portas", denunciou.

Luis Chaves disse que a categoria está mobilizada para "reerguer o setor naval e para derrotar o Plano FHC, mais uma armadilha contra o povo".

Reforma agrária na mira da revisão

Mais de 200 emendas foram apresentadas na revisão constitucional com o objetivo de reduzir ainda mais a possibilidade de realização da reforma agrária no Brasil. O maior número de emendas foi apresentada pela bancada ruralista.

Segundo levantamento realizado pelo Núcleo Agrário de Deputados Federais, ligado ao Movimento Sem-Terra as modificações (para pior) sugeridas são as seguintes:

Caráter e amplitude da reforma agrária (art. 184 e art. 187). Nestes artigos pretendem reduzir a reforma agrária à realização de assentamentos em áreas públicas e nas áreas de fronteira agrícola. Recuperam como proposta os vetos conquistados na Lei Agrária, principalmente o que estabelece que as desapropriações obedecerão um grau de prioridade por macroregiões.

Competência para desapropriar (art.184). Algumas emendas propõem reduzir a autonomia da União para executar as desapropriações, subordinando a indicação das terras a um aval do município e/ou estado.

Indenização e TDAs (art. 184). Este é o item que recebeu maior número de emendas. A maioria, com poucas, propõem: pagamento das terras e benfeitorias em dinheiro concomitante ao ato de desapropriação; outras, que o pagamento seja feito parte em dinheiro e parte em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) com prazos reduzidos de resgate, sem carência e negociáveis no mercado de títulos.

Se aprovadas nos termos propostos, o Instituto da Desapropriação passa a ser apenas uma autorização para que o governo compre terras a preço

de mercado, para assentamento dos sem-terra.

Função social (art. 186). Um dos poucos avanços existentes na Constituição de 1988 são os critérios estabelecidos para o cumprimento da função social da propriedade, principalmente aqueles relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, da preservação do meio ambiente e o que estabelece o bem estar dos proprietários e trabalhadores como condição do cumprimento da função social.

A maioria das emendas propõem a pura e simples supressão destes critérios. Com isto, a função social é reduzida ao critério de produtividade econômica, isto é, independente das condições sociais, ambientais e trabalhistas passíveis de garantir apenas a produção econômica obtida. Isto cria o

absurdo de, mesmo utilizando trabalho escravo, mas estando a terra dentro dos critérios de produtividade econômica, ser considerada como cumprindo sua função social.

Assentamentos (art.189). Modificam o regime de concessão, ampliando o prazo de inegociabilidade. chegam a propor que os assentados paguem a terra em dinheiro, em parcelas mensais e sucessivas.

O Movimento dos Sem-Terra chama a atenção de que a reforma agrária não é uma questão corporativa dos trabalhadores rurais, mas uma bandeira histórica dos setores progressistas. Por isso sugere que os diversos setores da sociedade se mobilizem e pressionem os governos para que não aprovem retrocessos neste tema.

RENATO RABELO

▼ O Partido Comunista do Brasil lançou recentemente um manifesto conclamando os partidos de esquerda e progressistas a se unificarem em torno de uma candidatura única à Presidência da República. No dia 21 de abril, diversos partidos e personalidades realizam reunião com o objetivo de fazer o lançamento dessa frente. Nesta entrevista, o dirigente do PCdoB, Renato Rabelo fala sobre as eleições e a crise brasileira e também sobre o projeto político eleitoral do Partido

por Guiomar Prates

Classe - Como o senhor avalia o quadro político que antecede as eleições deste ano?

Renato - O processo eleitoral reflete o quadro de crise multilateral que o Brasil atravessa e as dificuldades que as classes dominantes encontram para aplicar esse projeto dito modernizante, neoliberal. Em 89 as classes dominantes tomaram um susto, pois não esperavam que Lula, uma candidatura popular, fosse ao segundo turno e até ameaçasse Collor. Desta vez acontece um quadro inverso, a candidatura popular se destaca como uma candidatura consolidada em primeiro lugar. Tudo indica que irá ao segundo turno. Essa realidade, mais o formato das eleições que são casadas e em dois turnos, cria uma série de problemas e dificuldades para as classes dominantes, dificuldade de se compor, de fazer acordos e de ter um candidato que possa enfrentar a candidatura popular e que seja, ao mesmo tempo, gente de confiança na defesa desse projeto neoliberal.

Atualmente eles vão encontrando Fernando Henrique como alternativa para enfrentar a candidatura popular. Se utilizam dos tais predicados do Fernando Henrique, homem honesto, que veio da esquerda, um tipo ideal para as classes dominantes. A parte mais poderosa das classes dominantes joga tudo na candidatura de Fernando Henrique Cardoso, no atual estágio. Não quer dizer que seja o candidato único das classes dominantes, mas é o candidato de sua parte mais importante, empresários, banqueiros, esses setores do capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano.

Classe - A aliança do PSDB com o PFL encontra algumas dificuldades para se materializar nos estados. Será fácil para as classes dominantes se unificar em torno de um candidato único?

Renato - Dificilmente, no seu conjunto, as classes dominantes se uniriam em torno de um candidato só. A realidade complexa do Brasil, um país muito grande, extenso, com particularidades regionais etc, dificulta a homogeneidade das classes dominantes. Mas é possível a coligação do PSDB com o PFL. Pode não dar certo, mas na prática essa coligação já vem sendo feita. O PFL é quem dá mais apoio ao plano do Fernando Henrique, é quem mais se aproxima desse ideário hoje defendido pelo PSDB. Mas tem outros candidatos, como Maluf, que representam setores das classes dominantes.

Classe - Quem se aglutina em torno de Maluf?

Renato - Alguns setores do empresariado paulista, setores médios do empresariado e, de certa forma, o empresariado que se aglutina no PPR, como nos estados do Paraná e Santa Catarina, por exemplo.

Classe - E o Quércia?

Renato - Não podemos dizer que seja representativo das classes dominantes, mas tem seu apoio em alguns setores das classes dominantes. O Quércia se apóia muito nesse movimento que ele próprio construiu, o movimento municipalista, sobretudo em São Paulo mas também no país. Ele acha que o apoio dos prefeitos será uma base importante para o lançamento de sua candidatura. Conta com a máquina do PMDB que é ainda o maior partido e que ele teria o controle. Quércia e Maluf criam problemas para a candidatura das classes dominantes. De certa forma eles dispersam essa conjugação de forças.

Classe - O importante para a elite é ter alguém no segundo turno, não é mesmo?

Renato - No atual estágio, as classes dominantes tentam transformar o Fernando Henrique nesse candidato capaz de ir ao segundo turno. Claro que a evolução política vai



Renato: "O vice será discutido na frente"

definir melhor. Com toda essa força em termos de mídia e de recursos, podem projetar essa candidatura. Agora não significa dizer que, necessariamente, seja essa a candidatura. Apesar de Quércia e Maluf terem poucas chances de irem ao segundo turno, quem sabe?

Classe - Diante desse quadro complexo, qual é a política do PCdoB para esta eleição?

Renato - A política do PCdoB está calcada na idéia de que, se as classes dominantes procuram se juntar, nós, pelo lado da esquerda e das forças progressistas, devemos buscar também uma unidade maior, com uma plataforma comum, em torno de um candidato único. Essa seria a maneira mais eficaz de enfrentar as classes dominantes e levar uma candidatura popular à vitória.

Partimos da constatação de que essa realidade sucessória vai ser muito difícil. A candidatura popular vai encontrar dificuldades muito grandes porque as elites vão fazer de tudo para barrar seu avanço. Não podemos pensar que será fácil a vitória ou que iremos facilmente ao segundo turno, conseguindo derrotar o candidato das forças reacionárias. Achamos que vai ser uma campanha muito dura. Eles vão investir pesado. É por isso que as esquerdas e as forças progressistas têm que se unir. Nós pensamos que a candidatura popular deve ter um núcleo forte de esquerda também audácia para ampliar e construir alianças com outras forças. Não temos a visão de que a candidatura popular deva ficar só nos marcos da candidatura de esquerda. Pelo contrário. Com base nesse núcleo devemos buscar outras forças políticas e sociais. Não só partidos, mas também personalidades políticas de expressão.

Classe - Até os descontentes de outras coligações?

Renato - Até eles. Eles se desgarrariam de seus partidos e a candidatura popular passaria a ter uma posição centrífuga de atrair esses setores. Na verdade, isso já vem acontecendo com setores do PSDB, do PMDB e, no interior do Brasil,

até setores do próprio PFL e outros partidos considerados mais à direita.

Classe - E como está a articulação dessa candidatura popular?

Renato - O nosso partido fez uma conclamação a todos esses partidos de esquerda e do campo progressista, a personalidades, candidatos e pré-candidatos no sentido de se unirem em torno de uma plataforma comum. Essa conclamação foi bem aceita. O PDT foi o único partido que até agora não deu uma resposta positiva. O PT aceitou, o PSB também. Com o PMN nós estamos mantendo contatos e possivelmente participará dessa articulação. O PPS ainda discute, mas a tendência é que participe. O PV, sobretudo setores mais importantes do PV do Rio de Janeiro, também deve participar. E o PSTU já aceitou. Fizemos também essa conclamação a um pré-candidato, Roberto Requião e ele nos disse que também participaria dessa reunião.

Classe - Essa reunião já está marcada?

Renato - Está marcada para o dia 21 de abril. A convocação será não só a partidos mas a um conjunto de lideranças de expressão na sociedade civil, inclusive militares. Quem estiver interessado em construir uma frente nacional, popular e democrática participa dessa reunião.

Classe - A candidatura do Lula está consolidada. Mas o vice nessa chapa ainda está em discussão. Como o PCdoB avalia essa questão?

Renato - A candidatura de Lula está consolidada pelo menos para ir ao segundo turno, é o que dizem as pesquisas de opinião. A menos que aconteça algo imprevisível, extraordinário.

Quanto ao vice, a nossa opinião é que essa questão deve ser tratada nessa frente que nós iremos construir. É matéria de discussão conjunta dos diversos partidos, de opinião de cada um. O PSB já nos adiantou que reivindica o vice, mas essa é uma questão que deve ser debatida na frente.

Classe - O PCdoB não quer a vice?

Renato - Nós não reivindicamos no momento a indicação do vice. Mas mesmo essa questão deverá ser discutida na frente.

Classe - Como o PCdoB vai tratar o programa do Lula dentro dessa frente?

Renato - O programa apresentado pelo PT é um programa de governo. Um programa bastante detalhado, que aborda uma série de aspectos do que seria um governo do PT. Mas isso é um ponto de partida. A idéia nossa é que a frente que se conforma em torno de Lula deve ter um programa comum, levando em conta os interesses dos diversos partidos. Claro que o PT tem o direito de defender as posições que acha corretas, assim como qualquer partido da frente. Mas nós devemos caminhar para um programa comum de campanha e de governo. Quanto ao programa de governo do PT achamos que ainda é um esboço. Como diz no próprio prefácio, é um programa inicial, aberto à discussões. É um programa que tem ainda posições contraditórias, feito a muitas mãos, sem uma unidade comum. É um programa que tem um estilo mais de tese acadêmica do que um programa de governo.

Classe - O PT tem uma história de muito exclusivismo. Nesses contatos com o Lula ficou a disposição de abrir espaços para outros partidos dentro da frente?

Renato - Desde os primeiros contatos a direção do PT e Lula têm demonstrado uma atitude muito receptiva às propostas que temos feito, sobretudo nessa questão de ser constituída uma frente, uma campanha feita pela frente e não somente pelo PT. Eles acham que o programa que o PT vem trabalhando é um ponto de partida e que devem ouvir todos os participantes da frente. Concordam com a necessidade de se construir uma coordenação conjunta de campanha, com a participação de todos esses partidos.

Classe - A candidatura de Brizola pode dividir a esquerda?

Renato - Podemos dizer que a candidatura de Brizola também está no campo da esquerda. Por isso fizemos o convite ao PDT e Brizola para que participassem dessa reunião nacional. Mas nos parece que o Brizola



Lula em reunião com Executiva Nacional

Partido, elemento decisivo

Ronald Freitas
do Comitê Central do PCdoB

À medida em que se aproximam as eleições de outubro o cenário político vai se tornando mais nítido, candidaturas vão se lançando, acordos e alianças vão sendo consertados e os prazos da lei eleitoral vão exigindo o fechamento desses acordos e alianças, criando um clima de campos definidos. Mas tudo isso não é suficiente para superar a imensa crise que o país atravessa.

A conjuntura política evoluiu em torno de três fatos principais: o plano econômico (eleitoral) do ministro Fernando Henrique Cardoso, a revisão constitucional e a sucessão presidencial. São três faces de um mesmo triângulo isósceles, cuja área é a implantação do projeto neoliberal. O objetivo é adequar o Estado brasileiro às necessidades e exigências das potências estrangeiras, principalmente do império americano.

Este cenário nos permite prever que, por mais importantes que sejam as eleições de outubro, não serão fator de superação da crise, de natureza estrutural, que o país vive. Em certo sentido, a campanha funcionará como um catalisador das insatisfações populares e a disputa entre os candidatos substituirá a busca de soluções para os problemas que vivemos. Não é necessário ser vidente para prever que passada (ou quem sabe durante) a borrasca eleitoral, a luta contra o desmanche do Estado brasileiro em todos os terrenos (econômico, político, cultural, da segurança nacional etc) se tornará mais dura e, dependendo dos resultados das urnas, duríssima, devendo assumir um caráter mais enérgico e massivo.

São nessas condições que o PCdoB se lança com base na ousadia, na luta pela realização de um projeto eleitoral que aumente bastante suas representações parlamentares na Câmara Federal e nas assembleias estaduais. Esse projeto leva em consideração as exigências anti-democráticas da nova lei dos partidos políticos, que determina que se tenha um mínimo de 16 deputados federais e se atinja pelo menos 1% dos votos dados para a Câmara dos Deputados para que um partido possa exercer plenamente seus direitos parlamentares. Atingir esse teto não se trata portanto, de um ato de voluntarismo ou idealismo. É uma imposição da luta política nas condições em que se trava no Brasil.

O papel político que o Partido hoje desempenha é muito maior que o de sua presença organizada na sociedade, seja

Candidatos do PCdoB

Estado	Candidato federal	Candidato estadual
AC AM	Marcos Afonso Vanessa Grazziotin	Sérgio Taboada e Edvaldo Magalhães Eron Bezerra, Eliézio Moura, Afonso Rodrigues e Pedro Mendes
PA MA	Socorro Gomes Não definido	Neuton Miranda e Sandra Batista Marcos Kowarick e Atacherches Bacelar
PI CE RN PB PE	Osmar Junior Ignácio Arruda Não definido Não definido Renildo Calheiros	Paulo Chagas e Geraldo Diniz Carlos Augusto e Tinoco Não definido Não definido Luciana Santos
AL SE BA	Eduardo Bonfim Edvaldo Nogueira Haroldo Lima	Enio Lins Bosco Rolemberg Álvaro Gomes, Alice Portugal, Davidson Magalhães e Vandilson Costa
ES RJ	Nami Chequer Lindbergh Farias e Jandira Feghali	João Martins Edmilson Valentim
SP	Aldo Rebelo	Jamil Murad, Denis Carvalho e João Bosco
MG	Sérgio Miranda	Newton Pereira de Souza, Edmundo Vieira, Lípa Xavier e Liza Prado
GO	Aldo Arantes	Denise Carvalho, Egmar e Geraldo Martins
TO	-	Sebastião
MS PR SC RS	Não definido Ricardo Gomide Não definido Edson Silva	- Ceni João Guizoni Jussara Cony, Eloi Frizzo e J. Carlos Matozzo
DF MT RR	Agnelo Queiroz Não definido -	José Maria, Figueiredo e Miquéias Não definido Não definido

Estes são os candidatos do PCdoB à Câmara Federal e às assembleias legislativas, estado por estado. Em alguns deles ainda não estão definidos os candidatos e, em outros, pode haver modificações.

no parlamento, seja nos movimentos sindical, estudantil e social em geral. A influência política do PCdoB supera em muito o número de comunistas com postos de representação nesses setores. O exemplo mais expressivo é sua bancada federal. Apenas seis deputados entre os 503 existentes, jogando um papel destacado na aglutinação dos setores progressistas da Câmara na defesa dos interesses nacionais, democráticos e sociais do povo brasileiro. Eleger o mínimo de 16 deputados federais e de 23 estaduais é garantir a continuidade da ação política do PCdoB num patamar mais alto, criando condições para ser uma força política capaz de influir com destaque nos rumos que a vida política, econômica e social tomará no período pós-eleitoral.

Esse desafio assume características de sobrevivência política para o nosso Partido. Diante disso, é imperioso que nos lancemos com toda a competência política e garra ideológica na sua realização. Antes de mais nada precisamos, concretizar nos estados, alianças e frentes políticas que nos dêem condições mínimas de disputa competitiva com os aliados para obter vagas na Câmara Federal e assembleias estaduais. À medida que os prazos eleitorais se tornam exíguos para acordos e alianças, alguns aliados procuram limitar nossos espaços e dificultar o andamento de nossas candidaturas proporcionais. É necessário mantermos área de manobra e não nos deixarmos aprisionar em situações que inviabilizem nossos projetos.

do está mais preparado para esta batalha. Atravessamos um período de crescimento continuado, legalizamos o PCdoB em 15 estados e continuamos esta tarefa em outros, mas o centro de nosso êxito eleitoral estará intimamente vinculado à mobilização e participação partidária nesta campanha. Munição de uma compreensão política aprofundada do significado dessas eleições, o coletivo da direção nacional às células de base, deverá se lançar com toda a força nas atividades da campanha. Não se justificam demoras e protelações nesse terreno. É necessário transformar em ação a combativa consigna "Campanha já". Para isso temos que adequar as agendas regionais a esse objetivo. Sem cairmos no exclusivismo devemos subordinar o conjunto das nossas atividades à evolução e dinamização da campanha eleitoral.

A base de todo nosso desempenho e futuro êxito estará na determinação ideológica da militância em obter essa vitória. Ancorados na orientação política da Direção Nacional e em alianças amplas, é fundamental nos imbuirmos do espírito de que é necessário e possível vencer. E, em função disso nos lançarmos com garra, persistência e abnegação comunistas à tarefa de levar nossos pleitos a um desfecho vitorioso. Para isso devemos sair em campo e mobilizar a militância, armando-a politicamente, estimulando-a ideologicamente e irmos juntos à ação política, levando nossos candidatos aos eleitores, conquistando-lhes os votos necessários para elegê-los.

Essa é a grande tarefa dos comunistas em 1994.

e o PDT não vêm a essa reunião. Hoje o PDT diz que é necessário construir uma aliança levando em conta as forças de centro ou até mesmo de direita. Então não seria a aglutinação pelo campo da esquerda. Essa é a visão do PDT. Segundo eles, uma articulação da esquerda, mesmo que seja mais ampla, que polarize com as forças reacionárias, tem pouca possibilidade de vitória.

Classe - Como ficam as alianças nos estados, reproduzem essa aliança nacional ou isso não é necessário?

Renato - Não necessariamente a coligação a nível nacional vai ser a mesma em todos os estados. É claro que em estados importantes, com grandes colégios eleitorais, as coligações terão a mesma fisionomia. Aí haverá, variações conforme a realidade de cada estado.

Classe - E o projeto eleitoral do PCdoB?

Renato - Nós temos um projeto próprio que visa levar o PCdoB a um patamar superior ao que ele se encontra atualmente. O nosso objetivo é construir um partido de porte médio, um partido que cresça ainda mais a sua influência. Essa batalha eleitoral é importante como forma de acumularmos forças. Queremos eleger 16 ou 17 deputados federais e de 22 a 25 deputados estaduais. Achamos que não é um objetivo idealista, é calcado na análise da realidade do nosso partido em todo o território nacional. Procuramos fazer uma análise bastante realista. Essa é uma tarefa difícil, mas achamos que podemos alcançar esse objetivo. Para isso o partido deverá colocar a eleição como a tarefa mais importante deste ano. É uma tarefa para a qual o partido vai ter que se voltar quase que exclusivamente. O partido quando se mobiliza em torno de uma tarefa consegue bons resultados, por ter uma militância coesa, combativa, destemida. Por isso achamos que podemos atingir as metas que estipulamos. Mas sabemos que campanha eleitoral é algo muito adversa para nós, para os partidos chamados ideológicos, populares, que não têm recursos ou poder. Não é por acaso que o Congresso Nacional tem 80% de deputados eleitos na base de favores e grandes recursos financeiros. Mas mesmo levando em conta isso, achamos que podemos cumprir nossas metas.



LUIS NOVAES / FOLHA / IMAGEM

Operários na mansão de empresários

Dia 2 de março, trabalhadores da indústria de papel Minerva, no bairro Dois Unidos em Recife (PE), ocuparam a empresa e mantiveram os três principais acionistas detidos na fábrica por mais de sete horas. Os operários tomaram essa atitude porque estão sem receber seus salários desde dezembro. Depois de intensas negociações, os empresários concordaram em pagar o mês de dezembro. No dia seguinte, no horário combinado, o dinheiro não havia sido depositado no banco. Revoltados os trabalhadores invadiram a mansão do empresário Rildo Vasconcelos, no bairro nobre de Boa Viagem. Os operários da Minerva continuam sem receber, por isso, a fábrica continua parada e sob controle dos trabalhadores.

A crise do setor canavieiro

Cerca de 50 sindicalistas, representando 38 sindicatos de trabalhadores rurais, reuniram-se em 7, 8 e 9 de fevereiro em Carpina (PE), para discutir o cumprimento da convenção coletiva de trabalho e a crise que atinge o setor canavieiro, sobretudo no período de entressafra. Um dos fatores apontados como responsável pela situação diz respeito a desmobilização da categoria. O novo elemento acrescentado ao debate foi a luta pela terra. O fechamento de várias usinas com demissão de milhares de trabalhadores faz a crise crescer. Para aprofundar a discussão foi programado um encontro estadual, nos dias 22 e 23 de março em Ribeirão, que culminará num encontro regional coordenado pela Contag, dias 11 e 12 de abril.

A mulher mais velha do mundo

Maria do Carmo Jerônimo, ex-escrava, está no "Guinness" como a mulher mais velha do mundo. Moradora da cidade de Itajubá (MG) há mais de 50 anos, ela completou 123 anos no mês de março. Mesmo assim, a Câmara de Vereadores negou o título de cidadã itajubense a ela, requerido o ano passado pelo vereador Cláudio Benedito de Oliveira. O projeto de resolução foi recusado em votação secreta dia 28 de fevereiro. Para protestar contra essa atitude, foi criado o movimento "Nós Queremos Maria do Carmo Jerônimo Cidadã Itajubense", com a participação das entidades: OAB, Associação de Médicos, de Mulheres, PT, PDT, PCdoB, PSDB, PPS, Movimento Negro etc. Milton Nascimento fez show na cidade no dia 6 de março em solidariedade a Maria do Carmo.

A crise chega ao setor naval

▼ A crise no setor naval brasileiro pode resultar na demissão de oito mil metalúrgicos que trabalham nos estaleiros e mais de 20 mil pessoas que dependem indiretamente do setor, além de comprometer a entrega de 21 navios cuja construção está paralisada

Andrea Penna
do Rio de Janeiro

O setor naval brasileiro pode sofrer a maior crise de sua história caso o governo federal não apresente uma solução até o final do mês de março. A tralha começou quando o governo enviou a proposta de Orçamento ao Congresso Nacional subtraindo US\$ 294 milhões do Fundo da Marinha Mercante, desviados para o Fundo Social de Emergência. Após a gritaria de trabalhadores e empresários o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assumiu que tinha sido um erro, mas não se comprometeu a repará-lo na terceira proposta de Orçamento que ainda não foi enviada ao Congresso Nacional.

Para pressionar o governo federal, os deputados Jandira Feghali (PCdoB), Carlos Santana e Benedita da Silva (ambos do PT) e Luis Salomão (PDT), todos do Rio de Janeiro, juntaram-se a várias entidades no Rio, onde estão concentrados 95% dos estaleiros bra-



Cerca de 50 embarcações participaram da naviata no Rio de Janeiro

sileiros, e promoveram no último dia 13 de março a "naviata", que reuniu num domingo, milhares de trabalhadores dos diversos estaleiros, dirigentes da Corrente Sindical Classista, lideranças do PCdoB, além de vários partidos e representantes do governo do Estado.

A "naviata", na verdade uma passeata de centenas de embarcações pela Baía da Guanabara, se confraternizou com trabalhadores.

"A crise no setor naval não começou agora", disse a deputada Jandira Feghali. Para ela, "há anos existe uma política deliberada para destruir o setor naval brasileiro, que alcançou, no início da década de 80, o segundo lugar no mundo em construção, e hoje está abai-

xo do 15º lugar

Jandira lembrou que o Brasil tem oito mil quilômetros de costa e 97% do seu comércio com outros países se dá pelo mar. Com a política de naufragar o setor naval, o Brasil perde, anualmente, cerca de US\$ 5 bilhões, pagando o frete internacional a navios estrangeiros, quando poderia utilizar esses recursos para modernizar e desenvolver o setor, criando mais empregos, evitando a evasão de divisas.

Para Luis Chaves, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, "o setor naval tem capacidade para gerar 60 mil empregos nos estaleiros e empresas de navegação e as empresas fornecedoras de peças para navios po-

dem alcançar até 150 mil empregos. O que existe, portanto, é que não aceitamos de jeito nenhum a política neoliberal, que tenta acabar com o setor naval, arrochar os trabalhadores, entregar o patrimônio nacional para os gringos. Estamos defendendo o setor naval, não só pelo emprego dos trabalhadores metalúrgicos, mas também porque é um setor estratégico para a economia do país. A política nefasta de FHC já fechou o EBIN em Niterói e os estaleiros Caneco e Mauá podem ser os próximos a fechar as suas portas", denunciou.

Luis Chaves disse que a categoria está mobilizada para "reerguer o setor naval e para derrotar o Plano FHC, mais uma armadilha contra o povo".

Reforma agrária na mira da revisão

Mais de 200 emendas foram apresentadas na revisão constitucional com o objetivo de reduzir ainda mais a possibilidade de realização da reforma agrária no Brasil. O maior número de emendas foi apresentada pela bancada ruralista.

Segundo levantamento realizado pelo Núcleo Agrário de Deputados Federais, ligado ao Movimento Sem-Terra as modificações (para pior) sugeridas são as seguintes:

Caráter e amplitude da reforma agrária (art. 184 e art. 187). Nestes artigos pretendem reduzir a reforma agrária à realização de assentamentos em áreas públicas e nas áreas de fronteira agrícola. Recuperam como proposta os vetos conquistados na Lei Agrária, principalmente o que estabelece que as desapropriações obedecerão um grau de prioridade por macroregiões.

Competência para desapropriar (art.184). Algumas emendas propõem reduzir a autonomia da União para executar as desapropriações, subordinando a indicação das terras a um aval do município e/ou estado.

Indenização e TDAs (art. 184). Este é o item que recebeu maior número de emendas. A maioria, com poucas, propõem: pagamento das terras e benfeitorias em dinheiro concomitante ao ato de desapropriação; outras, que o pagamento seja feito parte em dinheiro e parte em TDAs (Títulos da Dívida Agrária) com prazos reduzidos de resgate, sem carência e negociáveis no mercado de títulos.

Se aprovadas nos termos propostos, o Instituto da Desapropriação passa a ser apenas uma autorização para que o governo compre terras a preço

de mercado, para assentamento dos sem-terra.

Função social (art. 186). Um dos poucos avanços existentes na Constituição de 1988 são os critérios estabelecidos para o cumprimento da função social da propriedade, principalmente aqueles relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, da preservação do meio ambiente e o que estabelece o bem estar dos proprietários e trabalhadores como condição do cumprimento da função social.

A maioria das emendas propõem a pura e simples supressão destes critérios. Com isto, a função social é reduzida ao critério de produtividade econômica, isto é, independente das condições sociais, ambientais e trabalhistas, passaria a contar apenas a produção econômica obtida. Isto cria o

absurdo de, mesmo utilizando trabalho escravo, mas estando a terra dentro dos critérios de produtividade econômica, ser considerada como cumprindo sua função social.

Assentamentos (art.189). Modificam o regime de concessão, ampliando o prazo de inegociabilidade. chegam a propor que os assentados paguem a terra em dinheiro, em parcelas mensais e sucessivas.

O Movimento dos Sem-Terra chamou a atenção de que a reforma agrária não é uma questão corporativa dos trabalhadores rurais, mas uma bandeira histórica dos setores progressistas. Por isso sugere que os diversos setores da sociedade se unam e pressionem os trabalhadores para que não aproveitem processos neste tema.

Dívida externa suga o país

▼ Na segunda quinzena de março o ministro FHC esteve nos EUA a fim de tentar o aval do FMI para o acordo da dívida externa. Comenta-se que na realidade ele teria ido buscar o apoio do imperialismo para sua candidatura a presidente

Dilermando Toni

As negociações em torno de US\$ 35 bilhões da chamada dívida externa velha para com os banqueiros privados internacionais não vêm de hoje. Começaram nos tempos de Collor quando o negociador oficial era o atual presidente do Banco Central Pedro Malan. Sucessivamente as autoridades brasileiras têm anunciado a "conclusão vitoriosa" das conversações; no entanto, como das vezes anteriores as coisas se complicaram e o FMI negou-se "gentilmente" a dar seu aval para que no dia 15 de abril como havia sido previsto, os papéis da dívida velha fossem trocados pelos da dívida nova.

Acontece que toda a negociação da dívida está submetida a um acordo prévio com o FMI envolvendo questões muito mais amplas de política econômica, que comumente tem sido chamado de "ajuste estrutural".

Controle total. O FMI que funciona como um ministério do planejamento para os países endividados, estabelece um controle rigoroso sobre esses países com "metas de gestão equilibrada da economia" e "critérios de performance", no controle do déficit público, na situação monetária, nas privatizações... e, caso o programa não marche em sintonia com o figurino, como no Brasil, o Fundo nega sua recomendação.

Apesar do discurso ufanista do ministro Fernando Henrique Cardoso as coisas com o FMI ficaram em banho-maria. É verdade que o Plano de Estabilização de FHC encontrou acolhida entre os dirigentes do Fundo mas eles resolveram manter a pressão a fim de acelerar as reformas neoliberais, aguardan-



do a introdução do Real e a queda concreta da inflação para dar o sinal verde que permitiria que o acordo da dívida fosse efetivado.

Pressão do FMI. O que chama mais atenção é a forma assintosa com a qual esses senhores se imiscuem nos assuntos internos brasileiros para que aqui sejam aplicados integralmente os postulados do projeto neoliberal. A nota oficial do Fundo do dia 17 de março fala que na abordagem do "sério problema de inflação do Brasil houve significativos progressos" e passa a enumerá-los: "uma intensificação planejada do programa de privatização, o Congresso está trabalhando em importantes mudanças constitucionais, medidas de liberalização comercial foram implementadas".

Mais adiante a nota acrescenta: "Nós propusemos às autoridades brasileiras, uma cooperação estreita dentro da estrutura de um programa monitorado pelo Fundo..." O documento termina dizendo que o Fundo aguarda a Carta de Intenções do governo brasileiro e a aprovação pelo Congresso do orçamento de 95. Simultaneamente o Tesouro norte-americano divulgou a sua nota manifestando esperança em "um programa monitorado pelo Fundo para estabilizar a economia do Brasil" mas dizendo claramente que só emitirá os bônus (zero coupon bonds) que servirão de garantia para a troca da dívida velha pela dívida nova se

o acordo com o FMI for consumado.

Na realidade, o FMI e o governo dos EUA acham branda a reforma fiscal que foi feita pela equipe econômica brasileira refletida no Orçamento da União. Os técnicos do FMI exigem um superávit operacional de 1% do PIB. Isto quer dizer mais cortes, mais impostos e... mais dinheiro para pagar as dívidas.

Servilismo. De outra parte é vergonhosa a postura que tem tomado o ministro Fernando Henrique Cardoso e sua *troupe* diante de tais exigências. Diante da atitude reticente do FMI ele se dispôs a lançar mão das reservas internacionais do Brasil para comprar de imediato cerca de US\$ 3 bilhões (US\$ 1,6 bilhão além do previsto) de bônus do Tesouro americano (o total das garantias chega a US\$ 4,2 bilhões no prazo de dois anos), no mercado secundário - com um acréscimo de preço de

US\$ 60 milhões, nas mãos de agiotas internacionais - para assegurar a troca da dívida velha pela dívida nova em 15 de abril. Implorou a William Rhodes do Citibank e representante dos bancos credores, que trabalhasse junto ao FMI e aos outros bancos a fim de que fosse removida a cláusula de recomendação do Fundo.

Para "facilitar" as coisas, o Banco Central do Brasil baixou no dia 17 de março uma circular estipulando que os pagamentos dos juros da dívida externa do setor público com os credores privados internacionais sejam feitos mensalmente e não mais de dois em dois meses.

Resumindo: vale tudo para FHC - har as bênçãos dos EUA e da oligarquia financeira internacional à sua candidatura.

Dívida só cresce. De certa forma os banqueiros internacionais têm interesse em que o acordo seja logo efetivado. Afinal, quando Collor e Marcílio

Marques Moreira acertaram os seus termos, os juros internacionais estavam muito mais altos do que hoje. Onde fica então a tão propalada diminuição da dívida que o acordo propiciaria?

O problema com o FMI é essencialmente político, ou como disse um banqueiro estrangeiro membro do Comitê dos Bancos Credores, é "a reforma da economia brasileira que tem que deslanchar". Ultimamente o capital estrangeiro tem chegado ao Brasil em volume crescente. Entre 1991 e 1994, segundo o Banco Central, entraram no país US\$ 62 bilhões, dos quais US\$ 14 bilhões em bônus e US\$ 19 bilhões nas Bolsas. De outra parte, segundo dados apurados pelo deputado do PCdoB Aldo Rebelo, presidente da subcomissão da Câmara Federal responsável pela análise da política monetária do Plano FHC, o país pagou aos donos das finanças internacionais US\$ 90 bilhões entre 1987 e 1993, numa média de mais de US\$ 12 bilhões por ano. De agora até o ano 2000 o Brasil deve pagar US\$ 141,3 bilhões, mais de US\$ 20 bilhões por ano. (Veja a tabela)

Isto é o que realmente está valendo. Toda a política econômica é montada em função do pagamento da dívida. O governo subsidia as exportações para ter dólares para pagar a dívida. Para adquiri-los e fazer suas reservas em moeda forte, se endivida com os exportadores e os banqueiros brasileiros que captam dólares no mercado internacional e ganham fortunas com o diferencial dos juros internos. Quanto mais paga a dívida mais ela aumenta.

Um modelo que suga as energias do país, que aprofunda a dependência e põe a nu toda a submissão das elites. Este é o modelo que FHC pretende reproduzir se eleito presidente.

A dívida externa e a campanha

O problema da dívida externa vai ser um dos principais temas da campanha presidencial. Os partidos que se opõem ao projeto neoliberal e que trabalham pela formação de uma frente progressista que sustente a candidatura Lula procuram formular uma plataforma conjunta na qual tem destaque a forma de enfrentar a dívida externa.

O Partido dos Trabalhadores elaborou um projeto de Programa de Governo, ora em discussão. No seu capítulo IV os pontos 38, 39 e 40 estão dedicados ao diagnóstico do problema da dívida e à formulação da proposta básica para resolvê-lo que consiste na renegociação e numa auditoria dos contratos visando reduzir de imediato o desembolso líquido do setor público para pagamento da "dívida velha".

Fala na importância em se estabelecer a diferença entre a dívida externa comercial normal da qual que corresponde à mera especulação e a financiamentos de projetos duvidosos. Diz ainda que

o novo governo poderá adotar unilateralmente a suspensão dos pagamentos para romper as resistências dos credores ao avanço do processo de negociação.

O problema central está em que essa proposta não encara a dívida como uma forma de dominação e de espoliação crescente, subestima a experiência que mostra inequivocamente que qualquer negociação com o FMI significa a imposição do "modelo" neoliberal, apesar de falar que as negociações não estariam submetidas às "condicionalidades cruzadas" do FMI e do Banco Mundial que interferissem na política interna em relação às empresas estatais, abertura comercial e outras.

Subestima também a experiência de alguns países que apesar das dificuldades têm conseguido capitais externos de investimentos sem se submeter aos ditames do Fundo. Tem aparecido como justificativa para essas posições o argumento da governabilidade do futuro governo e as dificuldades que o Brasil passaria a enfrentar

com a "comunidade" financeira internacional. Acontece que o atual esquema da dívida é um grande fator de instabilidade e as dificuldades maiores são as que vive o povo.

O Partido Comunista do Brasil tem tradicionalmente defendido a suspensão do pagamento da dívida externa como condição necessária para avançar no caminho do desenvolvimento nacional independente.

Uma auditoria transparente mostraria sem dúvida a ilegitimidade da dívida.

Na proposta de união que fez aos partidos e forças progressistas tendo em vista a sucessão presidencial, reafirmou sua posição dizendo que "é imperioso suspender o pagamento da dívida externa".

Realmente não será fácil adotar essa posição as pressões dos banqueiros internacionais aumentarão. Porém, significará um alívio enorme para o nosso povo e soberanamente com as demais nações.

PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA PREVISTOS ATÉ O ANO 2000 (em milhões de dólares)

ANO	TOTAL
1994	17.924
1995	18.251
1996	19.335
1997	20.145
1998	21.295
1999	21.895
2000	22.510
Total dos serviços (juros e amortizações)	141,355

Excluídos têm idade, sexo e cor

Sueli Scutti

Nas 206 páginas do relatório do IBGE está o lado mais escandaloso do emprego no Brasil, o que comprova a tragédia que atinge os excluídos da cidadania: discriminação racial, sexual e social e trabalho ilegal de crianças.

A Constituição proíbe trabalho de menores de 14 anos, mas há 2 milhões de crianças (quase a população da Jamaica) entre 10 e 13 anos trabalhando sem qualquer amparo legal, o equivalente a 14% das crianças nessa faixa etária. A maioria das crianças trabalhadoras está no Nordeste, ocupadas na lavoura: 620 mil. Nas cidades nordestinas trabalham 260 mil menores. Minas Gerais é o estado do Sudeste com mais crianças trabalhando ilegalmente: 106 mil nas cidades e 116 mil no campo. Em São Paulo há 144 mil crianças labutando nas cidades e 57 mil nas lavouras.

O sul do país, que tem 35% dessas crianças trabalhando no campo, apresenta uma situação peculiar. Uma em cada três crianças entre 10 e 13 anos trabalha todos os dias, a maioria ajudando a família nas pequenas propriedades rurais. A maior parte delas tem casa, família, comida e escola. E trabalham mais de 40 horas semanais. No Piauí, o ganho de uma criança pode significar o alimento do dia seguinte para famílias acostumadas a sobreviver na seca, sem moradia fixa e sem perspectivas de salários.

O mapa do IBGE não trata de prostituição infantil, mas dados oficiais e de entidades ligadas ao assunto demonstram que cerca de 500 mil meninas sobrevivem desse "trabalho". Os números indicam que a vida está invertida. Nessa idade, as crianças deveriam estar nas escolas, creches ou áreas de lazer. Jamais engrossando a mão-de-obra não-remunerada, ou exploradas na sua formação física.

O mapa da desigualdade vai em frente. O homem ganha mais que a mulher. Os homens brancos ganham mais que os homens negros. A mulher branca ganha mais que a negra, o que não é novidade. Os homens brancos recebem em média 5,3 salários mínimos por mês,

enquanto os negros recebem em média 2,5 mínimos.

O que pode causar estranheza é que a diferença de salários entre brancos e negros é menor em Curitiba, cidade de colonização européia, do que em Salvador, a capital de maior população negra do Brasil. A renda média de um homem branco em Curitiba é uma vez e meia superior à de um negro. Em Salvador, o negro recebe em média um terço do branco. Salvador tem menos brancos que Curitiba, mas eles ocupam os melhores salários e empregos. As mulheres brancas de Salvador ganham em média 6,9 salários mínimos e as negras ganham apenas 2,2 mínimos. Aí se manifesta o secular preconceito racial.

Os homens brancos da capital baiana ganham em média 13 salários mínimos e os negros apenas 4. Na zona rural do Piauí e do Paraná a média salarial de uma mulher negra chega a 30% do salário mínimo por mês. É em Fortaleza que a mulher negra recebe a menor média: 1,6 salários mínimos por mês.

Esse quadro se explica também pela ascensão social através do estudo. Os brancos têm mais oportunidades de frequentar escolas. Na opinião de Roberto Venosa, da Fundação Getúlio Vargas, há profissões socialmente constituídas por gênero e a área do trabalho é essencialmente masculina. Nas origens da sociedade brasileira pode estar outra

Mapa do emprego no Brasil

Total de pessoas ocupadas	62 milhões
Total de empregados	40 milhões
Empregados com carteira	23 milhões
Empregados sem carteira	14 milhões
Funcionários públicos (civil e militar)	2,5 milhões
Trabalhadores por conta própria	14 milhões
Empregadores	2,8 milhões
Não-remunerados	5 milhões

Fonte: IBGE/Situação do Trabalho no Brasil - Políticas Governamentais, nº 99

Classe de rendimento mensal de trabalho (em salário-mínimo)

Menos de um	12 milhões
De um a menos de dois	15 milhões
De dois a menos de três	7 milhões
De três a menos de cinco	9,5 milhões
De cinco a menos de 10	7 milhões
10 ou mais	5 milhões
Sem rendimento	5 milhões

Fonte: IBGE/Situação do Trabalho no Brasil - Políticas Governamentais, nº 99

explicação. Houve época que predominava a aristocracia rural branca. Os negros sempre ocupavam funções de baixa remuneração, o que persiste até hoje.

O mapa dos desvalidos

▼ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dia 10 de março o Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, elaborado a pedido do sociólogo Betinho para a segunda fase da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria. Os números são alarmantes

Sueli Scutti

5 milhões de pessoas, incluindo crianças, trabalham sem qualquer remuneração. Mais de 2 milhões estão desempregadas. 12 milhões recebem menos de um salário mínimo por mês, mesmo sendo o mínimo brasileiro um dos mais baixos do mundo. 15 milhões recebem entre um e dois salários mínimos. 5 milhões ganham mais de dez mínimos. 14 milhões não têm carteira assinada, portanto trabalham em situação irregular, sendo que Fortaleza está em primeiro lugar dentre as regiões metropolitanas com 37% dos ocupados sem registro. 31 milhões não contribuem com a Previdência Social. Neste item o Maranhão é o líder: 83% dos trabalhadores não contribuem.

De um total de 147 milhões de habitantes, 64,5 milhões compõem a População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil. Dessas, 20 milhões (o equivalente à população do Peru) ou estão desempregadas, ou recebem menos de um salário mínimo por mês ou não recebem absolutamente nada, e quando conseguem acabam trabalhando em condições precárias. Aí se incluem vendedores ambulantes, guardadores de carros, catadores de lixo, empregadas domésticas sem carteira assinada e aqueles que fazem bico. São os subtrabalhadores, os desvalidos em todos os sentidos. Isso faz quase sumir a fronteira entre desempregados e subempregados. Apenas 40 milhões têm algum tipo de emprego. Betinho disse que esses números pojetam de 70 a 80 milhões de pobres, dos quais grande parcela vive na mais absoluta indigência.

Os campeões. O Piauí lidera no item trabalho não-remunerado: 23,3% da população com algum tipo de ocupação não recebem pagamento em dinheiro. O prefeito de Teresina, Wall Ferraz, disse que 45% da PEA do município está ociosa por falta de emprego. Santa Catarina vem em segundo, com 19,5% não-remunerados. Os estados com menor índice de não-remunerados são Rio de Janeiro (1,2%) e Distrito Federal (1,6%). A região metropolitana com maior índice de trabalho não-remunerado é Curitiba, com 3,8%, e a de menor índice é São Paulo, com 1,1%.

Brasília possui o maior número de desemprego no país. Em janeiro, o índice ficou em 15%, superior ao de São Paulo, que foi de 13%. É bom lembrar que nos últimos anos grandes corporações entraram na "era da qualidade e da produtividade" e colocaram na rua milhares de empregados. A Gradiante demitiu 7 mil funcionários; o Pão de Açúcar demitiu 28 mil; a Metal Leve demitiu um terço de sua mão-de-obra.

Analisar índices de desemprego, no entanto, é algo delicado na opinião do consultor da Organização Internacional

do Trabalho (OIT), o norueguês Eivind Hoffmann, de Genebra, Suíça. Ele diz que "Nos países pobres, geralmente só há desemprego da elite" porque o desemprego que pode ser medido é um fenômeno dos países ricos, onde há proteção social ao trabalhador demitido e seguro-desemprego. "O cidadão que não pode contar com o Estado e tem que se virar para sobreviver não consta em nenhum levantamento sobre desemprego", afirmou à "Folha de São Paulo" a costarriquenha Adriana Mata, especialista da OIT.

Renda desigual. As estatísticas do IBGE, originadas de pesquisa em 88 mil residências em 1990, mostram que cerca de 30 milhões de brasileiros (quase toda a população da Argentina), ou 49,5% dos ocupados, trabalham em negócios com até cinco pessoas: oficinas de fundo de quintal, microempresas familiares ou pequenos negócios individuais. Os empregados nesse tipo de empreendimento têm renda média de 2,8 salários mínimos. 43,4% dos que têm ocupação estão em empreendimentos com 11 pessoas ou mais.

Os 62 milhões de pessoas que compõem a PEA são responsáveis pela criação de riquezas avaliadas em US\$ 450 bilhões, a previsão do Produto Interno Bruto (PIB) de 1993. Mas a riqueza está concentrada em poucos bolsos. 48% da renda do trabalho nacional estão nas mãos de apenas 10% que ganham acima de dez salários mínimos, enquanto outros 10% remunerados abaixo do salário mínimo ficam com apenas 0,8% do total da renda. A renda média é de 4,1 salários mínimos por mês para os brasileiros. Essa média, no entanto, cai para 2,2 mínimos no Nordeste e sobe para 5,1 mínimos no Sudeste.

Se nas áreas urbanas a situação é de calamidade, só piora na zona rural, onde vivem 25% dos brasileiros. Esses cidadãos são esquecidos, parecem viver num país diferente. No campo, 31% dos trabalhadores recebem menos de um salário mínimo e 24% trabalham sem nenhum rendimento. No total, 78% da mão-de-obra rural ou não tem rendimento ou tem renda inferior a dois salários mínimos. No Campo, a remuneração média é de 1,6 salários mínimos. Das 14 milhões de pessoas ocupadas na zona rural, 29% não têm carteira assinada.

Capaz de aprender. Um aspecto interessante da pesquisa é que a maioria dos trabalhadores apresenta razoável grau de instrução, ao contrário do que se pensa. 64% têm pelo menos quatro anos de estudo. No entanto, 16% não têm nenhuma instrução ou têm menos de um ano de estudo. Alagoas lidera o número negativo, com 40% dos trabalhadores sem escolaridade ou com menos de um ano. Depois vem o Ceará, com 39%. O Distrito Federal tem 29% dos trabalhadores com 11 ou mais anos de escola. Em seguida vem o Rio, com 21%. Os dados indicam que essa mão-de-obra é qualificável e capacitada para o aprendizado. Basta que haja oportunidade para frequentar uma escola.

A pesquisa do IBGE serve de base para uma campanha nacional em busca de criação de novos empregos. Uma campanha que merece aplausos pela boa intenção, mas que não vai acabar com o caos no Brasil. A miséria não acaba sem que se mude o sistema político-econômico do país. Sobre essa situação, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República, diz que é absurda e mostra que "o país está orfão, não existe uma política para os excluídos da sociedade". É preciso acrescentar que nessa selva social o capitalismo tira a máscara e mostra sua face mais cruel.

Crise na Península Coreana

▼ A Península Coreana voltou a ser nos últimos dias centro de grave crise política e militar, com ameaças de guerra total entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e a Coreia do Sul

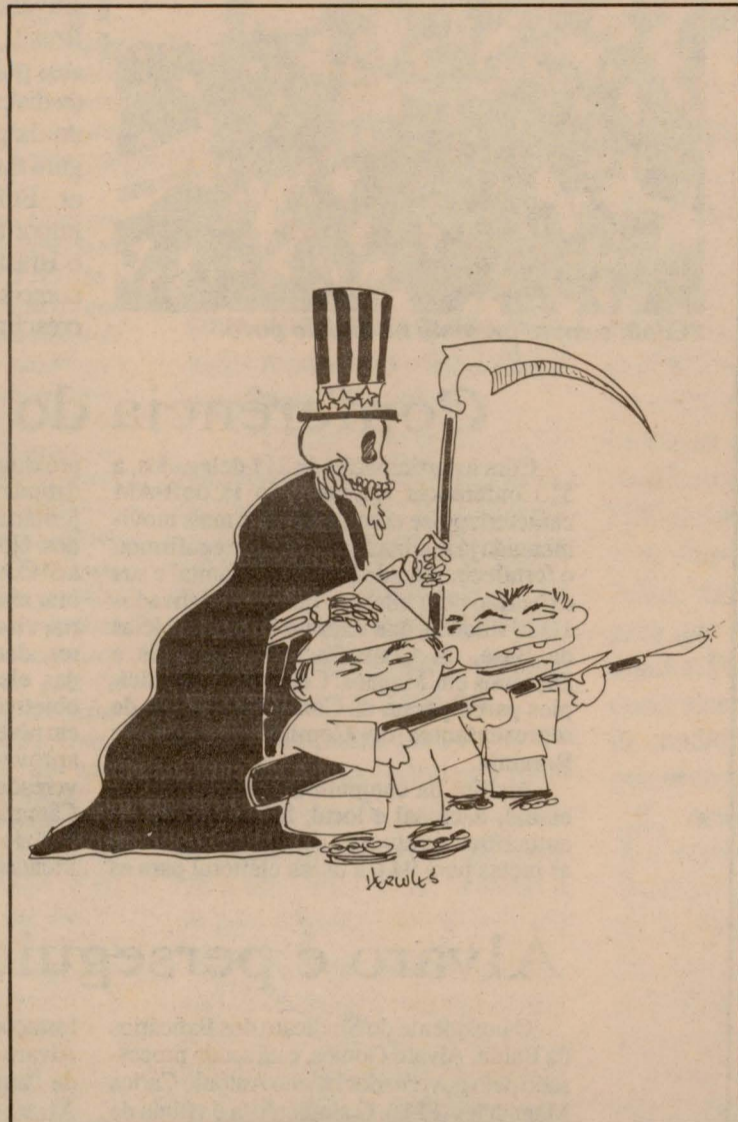
José Reinaldo Carvalho
do Comitê Central do PCdoB

A situação é de estado de alerta nas forças armadas dos dois países, anúncio do recomeço da manobras militares conjuntas EUA- Coreia do Sul denominadas "Team Spirit" e o deslocamento de mísseis norte-americanos Patriot. Em meio a tudo isso, declarações belicosas do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, ao mesmo tempo reveladoras da importância estratégica atribuída pelo imperialismo norte-americano à região: "Concordamos que é do interesse nacional e do interesse do povo da Coreia do Sul e da segurança das nossas forças armadas ali estacionadas prosseguir com a instalação de mísseis Patriot".

O recrudescimento da tensão na Península Coreana pareceu surpreendente, pois ocorre em seguida à publicação de um acordo entre os EUA e a RPDC em torno da inspeção de instalações nucleares na Coreia do Norte e em meio à declaração formal de ambas as partes sobre a continuidade das negociações entre os dois países.

Histórico. Desde a última crise na Península, em março do ano passado, quando a Coreia do Norte, diante das provocações estadunidenses e sul-coreanas declarou-se em estado de semi-guerra e decidiu retirar-se do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a diplomacia norte-coreana alcançou importante vitória ao forçar os Estados Unidos a uma negociação direta.

Assim, em 11 de junho do ano passado, após intensas conversações, a Coreia do Norte e os Estados Unidos firmaram uma "Declaração Conjunta", segundo a qual ambas as partes se comprometiam a dar "garantia contra ameaça e o uso da força, incluídas as armas nucleares", e "obter paz e segu-



rança na Península Coreana, livre das armas nucleares, incluída a aplicação imparcial de salvaguarda global, respeito mútuo à soberania e não interferência nos assuntos internos de ambas as partes". A Declaração Conjunta manifestava ainda apoio à reunificação pacífica da Coreia "e reafirmava a intenção dos dois governos de "continuar diálogos á base da igualdade e da imparcialidade".

O documento firmado pelos governos dos Estados Unidos e da RPD da Coreia foi um fato novo na longa história de conflitos, mereceu o apoio da comunidade internacional e chegou a motivar uma manifestação oficial da China, que saudou "o evidente progresso obtido pela RPDC e os EUA", aduzindo que o governo chinês "insiste em que as partes interessadas devem resolver de modo razoável o problema nuclear da Península Coreana, através do diálogo e das negociações".

Inspeção da AIEA. Após a Declaração Conjunta de junho do ano passado, evoluíram as conversações entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos.

Em 25 de fevereiro deste ano, em encontro realizado em Nova Iorque, os governos dos dois países anunciaram um acordo pioneiro, segundo o qual se comprometiam a to-

mar simultaneamente as seguintes medidas:

1° Os Estados Unidos anunciarão sua decisão, de acordo com a Coreia do Sul, de suspender as manobras militares conjuntas "Team Spirit 94";

2° Iniciar-se-á a inspeção das instalações nucleares da Coreia do Norte pela Agência Internacional de Energia Atômica;

3° Será retomado o contato prático entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul para o intercâmbio de enviados especiais;

4° Estados Unidos e Coreia do Norte anunciarão o início, em 21 de março de 1994, da terceira rodada de conversações em Genebra.

Relatório distorcido. A inspeção nuclear foi de fato realizada pela AIEA que, inusitadamente, num relatório elaborado com intenções claramente políticas, considerou-as insuficientes.

Foi o pretexto de que necessitavam os Estados Unidos para suspender o diálogo bilateral com a Coreia do Norte, propor ao Conselho de Segurança da ONU a adoção de sanções a esse país, reiniciar as manobras militares conjuntas EUA-Coreia do Sul "Team Spirit 94" e aumentar sua presença militar, inclusive nuclear, na Península Coreana, como

demonstra decisão de enviar mísseis Patriot.

Reforça essa idéia a suspeita campanha internacional contra a Coreia do Norte, os insidiosos boletins informativos e comentários das agências noticiosas, verdadeira montagem publicitária para isolar a Coreia do Norte e preparar a opinião pública mundial para as aventuras bélicas dos Estados Unidos e do regime vassalo da Coreia do Sul.

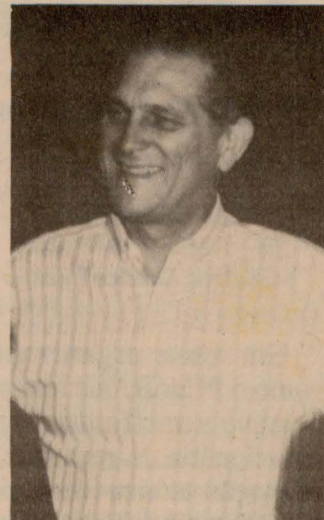
A atual crise na Península Coreana, cujos desdobramentos não se pode prever, põem a descoberto três aspectos importantes da presente situação mundial. Primeiramente, a determinação do imperialismo de levar até o fim a luta contra o socialismo. Não é outro o sentido de tamanha ofensiva levada ao extremo da ameaça nuclear, contra um pequeno país, que insiste, malgrado as dificuldades, em manter-se como nação organizada e soberana, segundo uma orientação geral socialista.

Ataque ao socialismo. Simultaneamente, os episódios em curso na Península Coreana revelam a invariável política imperialista de deter o monopólio das armas nucleares.

No quadro atual, de domínio unipolar da superpotência norte-americana, sobressai o esforço dos Estados Unidos para apertar ainda mais as grilhetas da dependência das nações do Terceiro Mundo, as quais, além da soberania política e econômica, deveriam renunciar à sua capacidade de defesa militar.

E finalmente, como pano de fundo da atual crise na Península Coreana, pode-se vislumbrar o interesse estratégico a longo prazo do imperialismo norte-americano de fincar posições mais sólidas na Ásia, como fator de acumulação de forças para uma eventual disputa pela hegemonia com o Japão. Daí porque, para Clinton, o envio de mísseis Patriot para a Península é do "interesse nacional" dos Estados Unidos. Em todo o episódio, o governo da RPD da Coreia tem adotado uma posição corajosa e enérgica, considerada pela mídia como "desafiadora". Positivamente, é reafirmação da defesa da soberania e da dignidade nacional de um povo que, a duras penas, contrói uma sociedade onde o imperativo são a independência, o bem-estar e o progresso social.

Embaixador de Cuba despede-se do Brasil



DANIEL VAZ

Jorge Bolaños

Uma sentida e calorosa despedida ao embaixador de Cuba no Brasil Jorge Bolaños foi oferecida em São Paulo, no dia 17 de março no Salão Nobre da Câmara Municipal, auspiciada pelo Fórum de Solidariedade e pelos vereadores Vital Nolasco (PCdoB-SP) e Devanir Ribeiro (PT-SP). Presentes amigos de Cuba, ativistas dos movimentos de solidariedade, sindicalistas, dirigentes estudantis, vereadores, deputados, artistas, religiosos e partidos políticos. O PCdoB foi representado por numerosa delegação de militantes e dirigentes da capital paulista e pelo secretário de Relações Internacionais do Comitê Central, José Reinaldo Carvalho, que transmitiu ao embaixador a calorosa saudação da Direção Nacional do Partido e os votos de êxito nas novas tarefas. Bolaños, que residiu no Brasil por mais de 7 anos, volta a Cuba como vice-ministro das Relações Exteriores. Ele contribuiu enormemente para o estreitamento das relações entre Brasil e Cuba, nos campos político, diplomático, comercial, cultural etc. Em seu discurso de despedida, citou o grande escritor brasileiro Guimarães Rosa: "Não há princípio nem fim, só travessia".

Delegação argentina

Uma delegação do Partido Comunista da Argentina, representada por Cláudia Corol, da Comissão Executiva, esteve no Brasil, onde teve contato com partidos políticos e entidades populares. Em visita à sede do Comitê Central, Corol foi recebida pelo Secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho. Transcorreu amistosa conversação sobre a situação política no sub-continente, em particular o Brasil e a Argentina. Na ocasião, reafirmou-se a decisão de ambas as partes de estabelecer um diálogo entre PCA e o PCdoB.

CONSCIÊNCIA

Socialista

Formação de quadros: tarefa ampla e fundamental

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

Em uma organização como o PCdoB, que tem por objetivo a transformação revolucionária da realidade, a formação teórica-ideológica é fundamental. Sabe-se que as consciências dos homens não se desenvolvem espontaneamente. Esse desenvolvimento ocorre por saltos, fruto do acúmulo de conhecimentos teóricos e da prática coletiva, numa relação constante.

Assim também ocorre com a consciência coletiva de um partido revolucionário. A sua atividade prática na realidade e o seu desenvolvimento teórico acumulam condições que fazem desta organização, na sua trajetória, uma organização capaz de entender as complexas questões colocadas pelo movimento da realidade, e capaz de dar respostas científicas acertadas a cada desafio colocado no campo da revolução.

O objetivo revolucionário. do partido o coloca no campo da luta de classes como uma organização que no confronto das idéias consiga ser a expressão das idéias no meio das saídas progressistas. A organização que acumule condições cada vez maiores de desmistificar a propaganda multifacética e sofisticada de seus opositores, dos opositores da transformação revolucionária.

Assim como nossos inimigos de classe se empenham em produzir idéias e em espalhá-las, visando formar uma concepção derrotista e eternizadora do regime de exploração, uma organização revolucionária como o PCdoB não pode menosprezar o papel das idéias no sentido de desmascarar de forma competente toda essa propaganda. Para tanto, não podemos continuar a entender a formação como algo a mais no partido.

A formação é uma tarefa que deve estar conectada à vida partidária. Deve ser entendida como elemento que o fortalece, o desenvolve, o torna mais capaz de exercer uma ação prática transformadora.

Elevar o nível. A formação, portanto, é uma tarefa ampla. São cursos para todos os níveis, são os mais diversos seminários, são leituras, são encontros de discussão, são todas as atividades que visem, de forma planejada, elevar o nível de compreensão política, teórica, ideológica e cultural dos militantes em todos os níveis do partido. A formação deve resgatar a nossa trajetória histórica, deve coletivizar o entendimento das questões, deve dar os fundamentos teóricos que orientam este entendimento, deve dar subsídios para a participação no debate de idéias para toda a militância em todos os níveis. A formação deve também contribuir para a elevação da capacidade de elaboração das idéias do partido, em todos os campos, sendo assim importante aliada da propaganda.

Neste período histórico onde o debate de idéias assume enorme importância, a tarefa de formação deve ser entendida de forma ampla e como peça fundamental da elevação de uma compreensão à altura da necessidade colocada pela complexa luta de idéias. Deve ser instrumento de constante fortalecimento da elaboração e entendimento de nossa política. Deve ser encarada como tarefa do dia-a-dia do partido. Deve ser encarada como um desafio constante, como elemento que contribui para diminuir sempre as distâncias de entendimento, fortalecendo a ação e unidade partidárias.

Deve contribuir sempre para incorporar na vida partidária as grandes parcelas de novos militantes que ingressam em suas fileiras, ajudar o partido a se preparar para dirigir a revolução socialista em nosso país.

Novo filiado no PCdoB

No último dia 6 de março, o PCdoB-PE teve mais uma adesão importante na área rural. Filiou-se ao Partido o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira Nova, município da zona da mata

norte do Estado, João Antonio de Santana. Depois de vários anos sem atuação no meio rural no Estado, o PCdoB começa a viver uma nova fase neste importante seguimento para a sua estratégia de crescimento.

Comemorações dos 72 anos



PCdoB, sempre presente na luta do povo

DANIEL VAZ

No dia 25 de março, marcando o 72º aniversário do Partido Comunista do Brasil, ocorreram carreatas, passeatas, atos públicos, políticos e manifestações de diversos tipos em todo país. Resultado da penetração que o PCdoB conseguiu tanto nas capitais quanto no interior. Em todos os atos foi ressaltada a importância do Programa Socialista para o Brasil, em debate no Partido. Assim como a necessidade do fortalecimento e crescimento partidários.

Conferência do Amazonas

Com a participação de 211 delegados, a 5ª Conferência Regional do PCdoB-AM caracterizou-se como a maior e mais movimentada já realizada no Estado e confirmou o fortalecimento do Partido na capital e sua expansão pelo interior. Foram mobilizados 1.330 filiados, que fizeram 90 Assembléias de Base, 24 Conferências Municipais e Distritais em Manaus. Cerca de 30 municípios participaram da Conferência, além de representantes do Comitê Regional de Roraima.

Análise da conjuntura política internacional, nacional e local, balanço crítico e autocrítico da atuação do PCdoB em 1993, as metas para 94 e a tática eleitoral para as

próximas eleições, estabelecendo as candidaturas para os cargos proporcionais e majoritários foram os principais temas debatidos. No que se refere às questões regionais, a 5ª Conferência autorizou o PCdoB a celebrar uma ampla coligação político-partidária, visando a unidade dos partidos populares, democráticos e progressistas. Acerca das eleições proporcionais aprovou-se o objetivo de ampliar o espaço parlamentar em nível estadual e federal. As candidaturas aprovadas foram: Vanessa Grazziotin, vereadora de Manaus, para concorrer à Câmara dos Deputados, e Eron Bezerra, Eliézio Moura, Afonso Rodrigues e Pedro Mendes para a Assembléia Legislativa.

Álvaro é perseguido por ACM

O presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Álvaro Gomes, está sendo processado pelo governador baiano Antonio Carlos Magalhães (PFL). O sindicalista é vítima de perseguição política e responde a quatro processos. Um deles foi motivado pela publicação no boletim diário do Sindicato, "O Bancário", de uma carta-denúncia de um ex-gerente do Banco do Estado da Bahia (Baneb) que acusa o diretor de operações do banco, Luiz Antônio Calumby, de ter concedido empréstimos ilegais ao superintendente do Banco Econômico, Mário Fernandez. Calumby resolveu processar o sindicalista com base na Lei de Imprensa. Álvaro foi condenado a 10 meses de prisão e a pagar uma multa de 10 salários mínimos, ele recorreu da sentença e por ser réu primário aguarda o julgamento em liberdade. Caso a sentença seja confirmada, Álvaro pode ir para a cadeia.

Outro processo refere-se a um cartaz com uma caricatura de ACM que tem um rato com o rosto do governador baiano. Para ele, o Sindicato é responsável por essa conhecida caricatura. Duas outras ações são movidas pelo Banco Econômico. Uma de 1987, quando o banco efetuou várias demissões e o Sindicato mobilizou a categoria e fez mani-

festações dentro das agências bancárias. Álvaro e outros sindicalistas foram acusados de "atrapalharem os serviços". Em 1989, Álvaro e outros dirigentes foram acusados de ter provocado uma confusão ocorrida em uma agência do Banco Econômico devido à greve geral daquele ano.

Mas cresce a solidariedade em defesa de Álvaro Gomes. Há um abaixo-assinado, já com mais de 10 mil assinaturas, circulando entre a categoria, exigindo o fim de mais essa arbitrariedade de ACM. Várias moções de apoio foram aprovadas em câmaras de vereadores do interior da Bahia e de municípios fora do Estado. Lideranças sindicais e partidárias, deputados, vereadores e outros políticos enviaram mensagens de solidariedade. O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA) fez pronunciamento na Câmara e o deputado estadual Nelson Pelegrino (PT-BA) discursou na Assembléia Legislativa, ambos condenaram a invasão do Sindicato no período do carnaval e prestaram solidariedade a Álvaro.

A Câmara Municipal de Salvador, através da Comissão de Direitos Humanos, promoveu ato de solidariedade ao sindicalista. Álvaro é candidato a deputado estadual pelo PCdoB.

Dicionário marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

Classes sociais: Lênin, em seu livro "Uma Grande Iniciativa", definiu de forma precisa este conceito fundamental da teoria marxista. Ele acentua: "Chamam-se classes sociais o grande grupo de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (no mais das vezes fixadas e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social". (1)

Assim como podemos ver pela colocação de Lênin, as classes se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema definido de produção. Na essência existem classes que não dominam os meios de produção e classes que os dominam.

É preciso entender tanto as classes sociais, como a relação entre elas de modo dialético. Ou seja, as classes estão em movimento e mesmo durante um mesmo modo de produção, as classes se desenvolvem.

Segundo a diferença fundamental da relação que mantêm com os meios de produção podemos dizer que muitas foram as modificações que ocorreram com as classes sociais desde o escravismo, mas na essência sempre existiram duas principais classes: escravos e proprietários de escravos; senhor feudal e servos; proletários e burgueses.

(1) LENIN, V.I. "Uma Grande Iniciativa", vol. 3, Ed. Alfa Ômega, SP, 1979, página 149.

Biografia de Lênin

"O trabalho biográfico é uma das fontes para o conhecimento do marxismo-leninismo, expressão usada de maneira frequente na época", escreveu o historiador Edgard Carone sobre o mais recente lançamento da editora Anita, o livro "Lênin: biografia ilustrada", de Élio Bolsanello. Carone afirma também que a "obra é pioneira, pois, pela primeira vez, um brasileiro se aventura a traçar um retrato do homem que mudou a história do século 20." Para os editores "é difícil distinguir na complexa figura de Lênin a sua característica principal. Mas é imperioso destacar, ao lado da multifacetada atividade prática, o seu labor teórico e ideológico."

Lênin nasceu no dia 10 de abril de



1870, na cidade de Simbirsk, atual Uliánovsk, situada na margem alta e montanhosa do rio Volga, a 1.500 quilômetros de São Petersburgo e morreu no dia 21 de janeiro de 1924, em Moscou. Contudo, as suas idéias permanecem vivas. "Dêem-nos uma organização de revolucionários e revolucionaremos o mundo", disse Lênin, e foi o que ele fez durante toda a sua vida, com uma vasta obra teórica e como dirigente máximo do primeiro país socialista a ser erigido no mundo. Vale a pena ler o livro de Bolsanello para aproximar-se mais dos ideais do maior revolucionário do século 20.

(Ed. Anita: r. dos Bororós, 51, 1º andar, SP, tel. (011) 25-8150, CEP 01320-020)

Brazil

O escritor norte-americano John Updike, depois de uma visita ao Brasil, resolveu escrever um romance sobre o país. Nasceu "Brazil: um romance", publicado pela Companhia das Letras, neste ano. A crítica brasileira recebeu a obra com um misto de euforia e desconfiança. As críticas foram duras e os elogios escassos. Mas Updike é um escritor de respeito, cujas obras mais conhecidas constituem a tetralogia sobre "Coelho Angstrom" ("Co-

elho corre", "Coelho em crise", "Coelho cresce" e "Coelho cai"). O romance "Brazil" é uma versão renovada da história medieval "Tristão e Isolda", encenada no Rio de Janeiro, onde as mazelas de violência, de racismo e de injustiça social são narrados no livro com imparcialidade, talvez pela distância da origem do autor.

(Cia. das Letras: r. Tupi, 522, São Paulo, tel. (011) 826-1822, CEP 01233-000)

Agenda

O sociólogo Clóvis Moura estará no Rio Grande do Sul no final de março para lançar o livro "Dialética Radical do Brasil Negro" no Estado. Com promoção da Universidade Federal de Pelotas, da Assembléia Legislativa do RS, da

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, da Livraria Bolivos e do Instituto Lila Ripoll, ele estará dia 28 de março em Santa Maria, dia 29 em Pelotas e 30 em Porto Alegre.

**QUEM
É DE
LUTA
LÊ**

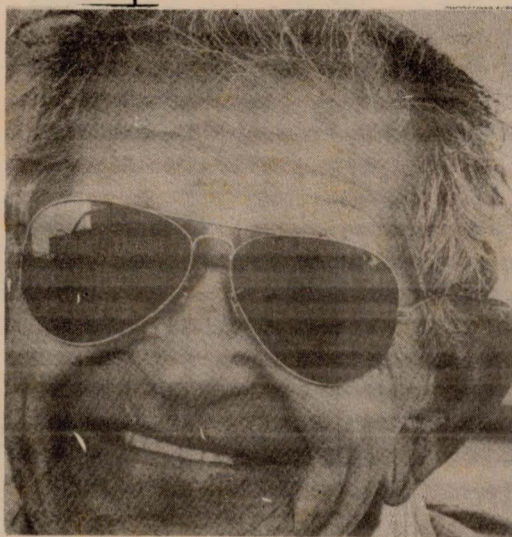
ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____
Assinatura semestral: CR\$ 13.000,00 Assinatura trimestral: CR\$ 6.000,00
Assinatura semestral de apoio: CR\$ 25.000,00

Preços Válidos até 20.04.94

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a A Classe Operária. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

Cultura



Patativa do Assaré

Patativa do Assaré: do Ceará ao mundo

Marcos Ruy

Antônio Gonçalves da Silva, Patativa do Assaré, que completou 85 anos dia 5 de março último representa o que há de mais autêntico na poesia popular do Brasil. Do sítio Serra de Santana, em Assaré, no Ceará, esse poeta maior da literatura de cordel do país, "oferece incomparável contribuição ao estudo de problemas humanos do sertão nordestino", afirma o pesquisador da cultura popular nordestina, Plácido Cidade Nuvens. E conclui que a "sua poesia, do ponto de vista do conteúdo social, reflete todo o mundo visionário e fantasmagórico do caboclo... sedenta de justiça, marcada pela saudade, impregnada de misticismo, serviçal, disponível, leal." Já o professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Gilmar de Carvalho, diz que "existe uma unanimidade em relação a sua importância para a chamada poesia popular", mas ele "serviu como emblema tanto de posições conservadoras, em razão da tradição que representa, quanto da retórica esquerdizante que elevava à condição de paradigma da resistência alguém que se dizia 'revoltado contra as injustiças'."

Em 1956, publicou o seu primeiro livro "Inspiração nordestina". No ano seguinte Luiz

Gonzaga gravou "A triste partida". No ano de 1966, lança outro livro, "Cantos de Patativa" e em 1970, Figueiredo Filho publicou os poemas comentados "Patativa do Assaré". A editora Vozes colocou no mercado "Cante lá que eu canto cá", em 1978. Com participação de Fagner, em 1981, Patativa gravou o disco "A terra é naturá". Recebeu o título "Amigo da cultura", em 1982, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. O livro "Inspinho e fulô" foi lançado em 1988 e no ano passado publicou suas obras completas em cordéis. Mas a escritora Tris Tavares denunciou no jornal cearense "O Povo", de 6 de março, que o poeta "sobrevive da aposentadoria de dois salários mínimos, sem nenhum plano de saúde, com apenas 15% de seu olho esquerdo já que perdeu o direito em virtude de um acidente ocorrido nos anos de sua juventude." A Vozes ficou o ano passado sem depositar os seus direitos autorais e somente no final do ano é que, através do Banco do Brasil, enviou uma ordem de pagamento de CR\$ 5.500,00, informando ao poeta que não haveria mais direito autoral para receber porque venceu o seu contrato com a editora.

Assim a indústria cultural trata os criadores da cultura popular. Patativa do Assaré segue incólume em sua vida de poesia, contudo. A indústria cultural tenta apresentá-lo, sem explicar o significado de sua obra e da importância da cultura popular, inclusive, por paradoxal que pareça, como alimento para a própria indústria cultural. Assim, Patativa do Assaré vira atração para platéias que se encantam com seus improvisos, mas pouco conhecem a respeito da oralidade nordestina e das estruturas da literatura de cordel com suas estórias populares, traços peculiares da produção cultural da região. Com isso, o cordel continua marginalizado e só aparece na TV para justificar teorias conservadoras de nacionalismos. Aos progressistas cabe compreender e interpretar a cultura popular e nacional para construir uma nova cultura para uma nova sociedade. Nisso reside a importância dos 85 anos desse importante poeta-popular.

A Classe Operária



Diretor e jornalista responsável: João Amazonas - Editora: Ana Maria Rocha - Redação: Dilermando Toni, Guiomar Prates, Marcos Ruy e Sueli Scutti - Correspondentes: Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI), Niura Delfort (SE) - Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Jefferson Barros, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - Projeto Gráfico: Auracébio Pereira - Diagramação: José Luís Muñera Reyes - Composição e Arte Final: Compuarte - Fone (011) 251-1571 - Fotolito: Enfocke - Impressão: DCI Editora Jornalística Ltda. - Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Fotografia: Daniel Vaz - Secretária: Sílvia Regina Lopes - Assinaturas: Fabiana Frederico - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - R. Santos Pacheco, 308 - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1037 - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704 BL G Casa 67 - (061) 225-8202/3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3595 - Ed. S. Luiz - sala 3 - 3º andar - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - R. Maracaju, 249 - sala 15 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - fundos - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Senador Manuel Barata, 1157 - Reduto - (91) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembagador Freitas, 1216 - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de maio, 33 - 16º andar - Fone: 1601 - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Pça. Kennedy - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Povo Velho - R. Tenreiro Aranha, 3216 - Olaria - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Mario Homem de Melo, 1051 - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - R. Arlindo Gusmão, 125 - 2º andar - (048) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Av. Goiás, 1962-B.

Centro de Documentação e Memória Fundação Getúlio Vargas



Especial

▼ O grande premiado da 66ª cerimônia de entrega do Oscar, foi o cineasta norte-americano de origem judia, Steven Spielberg, que recebeu dez troféus pelos filmes "A Lista de Schindler" (sete) e "Parque dos Dinossauros" (três)

Marcos Ruy

A cerimônia de entrega do Oscar deste ano foi marcada por temas polêmicos como o homossexualismo e a Aids ("Filadélfia"), a questão da mulher ("O Piano") e os horrores do nazismo ("A Lista de Schindler"). No discurso de agradecimento pelo troféu de melhor diretor, Spielberg explica que "queria chamar atenção para o fato de que este ano temos vários filmes com o tema 'tolerância'. Precisamos reaprender essa virtude. Tolerância é algo que precisamos praticar diariamente - é nessa ideia que se apóia a Constituição americana". O fato mais relevante da festa, porém, foi a premiação de "A Lista de Schindler", uma obra que mostra os horrores do Holocausto na Segunda Guerra. Pela primeira vez Hollywood premia um filme antinazista. Se isso ocorresse na época do macartismo, provavelmente todos estariam sendo investigados pelo FBI por suspeita de serem "amigos de comunistas".

Mas o comprometimento seria maior ao conhecerem-se os outros premiados. É que além dos dez troféus abocanhados por Spielberg, Tom Hanks ganhou o de melhor ator por sua atuação em "Filadélfia", filme que fala do preconceito que sofrem indivíduos portadores do vírus HIV. O ator fez um discurso emocionado em defesa dos direitos dos homossexuais e agradeceu o seu professor de arte dramática e aos seus colegas de classe. "Todos esses homens honoráveis, são gays, e foi através deles que pude desenvolver meu personagem. Eu gostaria que meus filhos tivessem esse tipo de professores e amigos", disse.

O prêmio de melhor atriz foi para Holly Hunter, em "O Piano", da neozelandesa Jane Campion. "O Piano" também recebeu o troféu de melhor atriz coadjuvante dado à pequena



DIVULGAÇÃO

Liam Neeson interpreta Oskar Schindler (no destaque) no filme de Spielberg

A LISTA DE SCHINDLER

Anna Paquin. Tommy Lee Jones levou o Oscar de melhor ator coadjuvante pelo filme "O Fugitivo". E o espanhol "Sedução", de Fernando Trueba, levou o troféu de melhor filme estrangeiro. Trueba afirmou que gostaria de agradecer a Deus, mas como não acredita em Deus, "só em Billy Wilder (escritor americano), obrigado, Billy Wilder" agradeceu. Lee Jones disse ser "sortudo" por estar empregado, referindo-se ao grande número de atores sem emprego no cinema dos EUA.

A lista. Em entrevista à revista "Le Point", Spielberg disse que "por mais que eu tenha imaginação, o Holocausto ultrapassa de muito longe tudo o que o cérebro humano pode imaginar. Mas eu consideraria um pecado não dar minha contribuição à memória necessária dessa tragédia." Essa é a marca de "A Lista de Schindler", filme em preto-e-branco que só fica colorido no final, quando os sobreviventes da "Lista" prestam uma homenagem a Oskar Schindler em seu túmulo, na cidade de Jerusalém, em Israel.

O valor do filme aumenta porque surge num momento de forte ascensão de grupos neonazistas em todo o mundo, principalmente na Europa. O cineasta deseja que a sua obra sirva de exemplo para que os acontecimentos desse passado remoto não se repitam, por falta de memória e de conhecimento dos fatos ocorridos.

"Este filme para mim é um serviço de utilidade pública", acentua Spielberg. E diz que ficou "indignado ao descobrir como o mundo ocidental deixou que o sinistro trabalho dos nazistas prosseguisse."

Spielberg resolveu contar a história de Oskar Schindler, interpretado por Liam Neeson, capitalista alemão que se aproveita de mão-de-obra escrava de judeus para enriquecer e esbanjar dinheiro. O empresário tem uma súbita tomada de consciência e passa a levar uma vida ambígua, ajudando seus "funcionários". No final faz uma lista com mais de mil nomes judeus e suborna oficiais nazistas para livrá-los do Holocausto. Porque "quem salva uma vida, salva o mundo". Essa frase proferida por um judeu, quase no final do filme, revela o caráter humanista da obra. Com um ar de filme noir da década de 30, a força de "A Lista de Schindler" concentra-se nos diálogos e nas cenas de violência.

Polêmica. O filme de Steven Spielberg vem causando grande polêmica. Muitos dos judeus que fizeram parte da lista afirmam que os fatos não ocorreram exatamente como no filme e citam o final emocionado, quando Schindler, aos prantos, arrepende-se de não ter salvado mais vidas, por ter esbanjado dinheiro. A mulher de Schindler, Emilie, que mora atualmente em Buenos Aires, onde o industrial alemão morreu, disse que a obra cinematográfica

exagera na "bondade" de seu marido. Para o Vaticano, Spielberg transformou Oskar Schindler em herói, quando na realidade o que salvou a vida dos judeus foram os diamantes. O cineasta defende-se e afirma que o empresário "foi um homem que descobriu a bondade por ocasião de uma ação desinteressada de salvação de vidas humanas". Para ele, Schindler era uma pessoa complexa e assim foi construído o personagem, que reflete toda a complexidade de um ser humano. Embora não haja perdão para o que os nazistas fizeram. Isso é muito transparente na obra.

"Não exagerei nada do que mostrei, porque frequentemente foi pior: bebês vivos lançados pelas janelas para que os nazistas os abatessem no ar", afirmou o cineasta. O maior mérito do filme, baseado em livro homônimo do australiano Thomas Keneally, reside no fato de contrapor-se à crescente onda neonazista, no combate ao racismo. Justamente quando os países ricos não querem mais estrangeiros.

"A Lista de Schindler" consegue inovar na forma de tratar um tema tão banal e não se resume a um filme de amor e ódio. Com os Oscars recebidos o sucesso de bilheteria, que já estava assegurado, por se tratar de obra de Spielberg é mais do que garantido. E não só isso. Talvez se transforme num importante fator na luta contra o conservadorismo predominante no mundo.